

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Roberta Fin Motta

PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRÁTICAS EM TRAVESSIA

Profa. Dra. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo  
Orientadora

Porto Alegre,  
2011.

Roberta Fin Motta

PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRÁTICAS EM TRAVESSIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Profa. Dra. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo  
Orientadora

Porto Alegre,  
2011.

**Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)**

M921p Motta, Roberta Fin

Psicologia na assistência social: práticas em travessia /  
Roberta Fin Motta. – Porto Alegre, 2011.

93 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Psicologia, Pós-  
Graduação Psicologia Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Beatriz Kochenborger  
Scarparo

1. Psicologia – Prática Profissional. 2. Políticas Sociais. 3.

Assistência Social. I. Scarparo, Helena Beatriz Kochenborger. II.

**Bibliotecário Responsável**

Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204

ROBERTA FIN MOTTA

PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRÁTICAS EM TRAVESSIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

21 de Dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo (PUCRS) – Orientadora

---

Profa. Dra. Adriane Roso (UFSM)

---

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni (UFRGS)

---

Dedico esse trabalho a todos que, juntos comigo, acreditam e lutam por uma  
Psicologia mais justa, democrática e transformadora!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, aos Anjos e aos Santos, agradeço por toda a proteção espiritual, principalmente nos momentos de dificuldade.

Aos meus pais, Léo e Carmen, que tanto amo, agradeço o amor incondicional, a paciência, o apoio e o incentivo. Obrigada por me acompanharem nesta etapa desafiadora e de muitos sacrifícios, como também o foi maravilhosa em minha vida. Sem vocês, eu não conseguiria. Amo muito vocês.

Aos meus irmãos, Alexandro e Daniela, e aos meus afilhados, Júnior e Lara, agradeço o apoio, apesar da distância, sei o quanto torceram por mim. Amo vocês.

À professora orientadora Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, agradeço pelos ensinamentos, pela confiança, pelo incentivo, pelo apoio e, principalmente, pela amizade que construímos. O meu sincero Muito Obrigada.

Às/aos colegas do Grupo de Pesquisa “Grupo de Pesquisa: Psicologia e Políticas Sociais: memória, história e produção do presente”, pelas discussões e parceria no aprendizado. Em especial, ao Lucas, pela disponibilidade em contribuir no desenvolvimento da dissertação. O meu muito obrigada.

A todos os meus colegas de mestrado, em especial a Ana, Rafaela e Kelly, pela amizade, pelo apoio e pela torcida.

Aos professores da Pós-Graduação, pelos momentos de aprendizagem, pelos ensinamentos, pelas oportunidades, pela dedicação, pelo carinho e paciência. Muito Obrigada.

Às colegas, amigas e irmãs Ana Paula e Tatiana, pela amizade, por compartilhar as angústias e as alegrias desta etapa. Nossa amizade foi um presente.

Aos colegas e amigos da Unifra, em especial, Camila, Carol, Cristiane, Fernanda, Felipe Graziela, Josiane e Vânia, agradeço o apoio, a sensibilidade e a torcida.

Aos meus queridos alunos, supervisionandos e orientandos, em especial, Bruna, agradeço o apoio, o estímulo e a paciência.

Aos colegas do Conselho Regional de Psicologia e do Grupo de Trabalho - Centro Oeste, pelas horas que partilhamos juntos no trabalho e na construção de práticas e conhecimento em Psicologia.

Às professoras Adriane Roso e Jaqueline Tittoni, por aceitaram participar desse momento e contribuir com as suas ponderações nesta etapa final de minha dissertação. Muito Obrigada.

Às psicólogas que efetivaram ou efetivam as práticas na Assistência Social, não tenho palavras para agradecer o acolhimento, a confiança e a disponibilidade para esta pesquisa.

Ao Centro de Aperfeiçoamento de Pesquisa do Ensino Superior (CAPES), pelo incentivo à realização desta pesquisa.

Muito obrigada!!!

## RESUMO

A presente dissertação aborda a relação entre as práticas dos profissionais da Psicologia e as Políticas Sociais, de modo mais específico, as relações entre o saber-agir da Psicologia e o campo da Assistência Social. Nesse sentido, contempla reflexões teóricas sobre o conhecimento produzido e as práticas vivenciadas, tendo em vista a ampliação e o aprofundamento dos debates acerca das interfaces da Psicologia com as Políticas Públicas Sociais. Para explorar o tema, enfocamos os contextos e os processos de inserção e atuação da Psicologia no campo da Assistência Social, nas últimas décadas, tendo em vista duas fontes de dados: produções científicas e narrativas. No que se refere às produções científicas, buscamos compreender as especificidades do conhecimento produzido sobre processos de constituição das práticas do psicólogo no campo da Assistência Social em teses e dissertações brasileiras publicadas entre 2004 e 2010. Com apoio numa proposta de revisão sistemática, observamos a escassez de estudos nessa área e constatamos peculiaridades concernentes às condições de trabalho, à consolidação profissional da Psicologia no campo da Assistência Social, às interlocuções com outras áreas e aos desafios cotidianos impostos e enfrentados nesse campo. A segunda seção teve o intuito de compreender como se deram os processos de articulação entre a construção das práticas do psicólogo e a Assistência Social. O estudo apoiou-se nas experiências de profissionais da Psicologia que efetivam ou efetivaram saberes e práticas no campo da Assistência Social, a partir da década de 1990, em Porto Alegre. Como estratégia metodológica, utilizamos a coleta e análise de narrativas, tendo como referencial teórico, o construcionismo social. Dentre os resultados deste trabalho, destacamos os descompassos entre a formação e a prática profissional, a contradição entre a necessidade de promover estratégias para construção cotidiana e coletiva concomitante à compreensão deste processo como obstáculo ao trabalho e, finalmente, a ideia de que a Política Pública de Assistência Social é uma travessia pouco explorada e pouco articulada às demais Políticas Sociais. O trabalho realizado reforça a relevância de intensificar o debate sobre a inserção das práticas dos psicólogos no campo da Assistência Social, tendo em vista a reflexão crítica e a transformação de concepções, lugares e projetos sociais para a profissão.

Palavras-Chave: Psicologia, Assistência Social, experiências, narrativas, produção de conhecimentos.



## ABSTRACT

The present dissertation deals with the relation between psychological practices and social politics, in a more specific way, the relation between the know-how of Psychology and the field of Social Assistance. To this end it covers theoretical reflections about the knowledge produced in the practices experienced, viewing the widening and deepening of the debates concerning the interfaces between psychology and social public politics. To exploit this theme, context and processes of the insertion of psychology in the Social Assistance field in the last decade were focused, using two data sources: scientific production and narratives. Regarding scientific productions, we sought to understand the specificities of the produced knowledge on the processes of constitution of psychological practices in the field of social assistance in Brazilian theses and dissertations published between 2004 and 2010. Using a systematic review method, we observed a shortage of studies in this area and we also noted peculiarities concerning working conditions, professional consolidation of psychology in the field of social assistance, interlocution with other areas and the everyday challenges faced in this field. The second section had as objective to understand how the processes of articulation between the construction and psychological practices and social assistance took place. The study relied on the professional experiences of Psychology professionals who work or have worked in the field of social assistance in Porto Alegre since the 1990s. As a methodological strategy, the collection and analysis of narratives was used, have as referencial theoretician, the social constructionist. Among the results of this work, we highlight the mismatch between the training and professional performance, the contradiction between the need to promote strategies for the everyday and collective construction together with the understanding of this process as a barrier to the work and, finally, the idea that public politics of social assistance is poorly explored and poorly articulated to the other social politics. This work reinforces the relevance of intensifying the debate on the insertion of psychological practices in the field of Social Assistance, viewing the critical reflection and the transformation of conceptions, places and social projects for the profession.

Keywords: Psychology, social assistance, experiences, production of knowledge.

**LISTA DE FIGURAS**

ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia  
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CFP – Conselho Federal de Psicologia  
CRPRS – Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul  
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social  
CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas  
IES - Instituição de Ensino Superior  
IBICT - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NOB- 2005 - Norma Operacional Básica  
PNAS - Plano Nacional de Assistência Social  
PPG - Programa de Pós-Graduação  
PNAS – 2004 - Política Nacional de Assistência Social  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
REFERÊNCIAS .....	16
<b>SEÇÃO 1 - ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	18
Notas Introdutórias .....	19
Percurso Metodológico .....	21
Descrição e Análise dos Resultados .....	23
Considerações.....	38
REFERÊNCIAS .....	39
REFERÊNCIAS DAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS .....	43
<b>SEÇÃO 2 - A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRANSITAR, TRAVESSIA</b> .....	47
Introdução.....	48
Aspectos Históricos da Relação Psicologia e Assistência Social nas Políticas Sociais Públicas .....	49
Método .....	56
A Construção das Informações .....	56
2.1 Instrumentos para a Coleta das Informações.....	57
2.2 Procedimentos para a Coleta das Informações.....	57
2.3 Considerações Éticas .....	58
2.4 Procedimentos para a Análise das Informações.....	58
2.5 Resultados e Discussão .....	58
Breves Considerações .....	76
REFERÊNCIAS .....	77
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	82
<b>ANEXO A</b> .....	86
<b>ANEXO B</b> .....	87

<b>APENDICE A</b> .....	90
<b>APÊNDICE B</b> .....	91
<b>APÊNDICE C</b> .....	92
<b>APÊNDICE D</b> .....	93

## INTRODUÇÃO

O presente estudo enfoca a Psicologia nas Políticas Sociais Públicas<sup>1</sup>. Trata especialmente da inserção, atuação e formalização de registros acadêmicos acerca do tema. Nesse sentido, apresenta reflexões teóricas sobre práticas vivenciadas e discute oportunidades de ampliação da capacidade de conexão entre a área e a diversidade das práticas no campo da Assistência Social.

A dissertação insere-se na perspectiva teórica construcionista. De acordo com Gergen (1985) a pesquisa construcionista social ocupa-se, principalmente, de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem incluindo a si mesmas. A investigação, então, busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão vir a existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido.

A inserção e a atuação da Psicologia na Assistência Social são recentes, assim como as discussões sobre as práticas dos profissionais da Psicologia na Assistência Social. A Psicologia, no decorrer de sua consolidação como campo de atuação profissional no Brasil, tem sido frequentemente interrogada e interroga-se quanto à relevância social e à dimensão política de suas práticas (Prado, 2005). É possível visualizar tais indagações, em especial, na esfera das Políticas Sociais Públicas. Elas têm sido motivo de estudos, debates, embates e reflexões em diferentes espaços da área. Seus protagonistas chamam a atenção para o compromisso de produzir conhecimentos e ações que favoreçam e atendam a uma imensa gama de necessidades sociais com ritmos, cada vez mais, acelerados, diferentes e urgentes (Dimenstein, 2001). Ao mesmo tempo, mudanças históricas e políticas no contexto brasileiro tensionam a produção de outros modos de ser e exercer a profissão o que exige contínua revisão das expectativas quanto aos lugares ocupados pelas práticas dos profissionais da Psicologia na sociedade.

Assim, na medida em que a inserção no campo das Políticas Sociais Públicas tem sido associada a memórias de intensa implicação na história e no presente construído, cabe perguntar como se deram os processos de articulação entre a construção das práticas da Psicologia e a Assistência Social.

---

<sup>1</sup> A Política Social está relacionada ao Estado, governos, políticas e aos movimentos da sociedade. Ao contemplar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a Política Social configura-se como uma Política Pública, isto é, um tipo, dentre outros, de Política Pública. Logo, toda a Política Pública compromete o Estado, na garantia de direitos, contudo, também compromete a sociedade na defesa da institucionalidade legal e integridade dessa política (Pereira, 2008).

Nesse sentido, convém aprofundar os processos de trabalho do psicólogo no que tange aos aspectos teórico-metodológicos, às circunstâncias ético-políticas e às especificidades técnico-operativas. Scarparo e Guareschi (2007) mencionam a existência de discrepâncias entre a necessidade de trabalho no âmbito das Políticas Sociais e o despreparo dos profissionais para enfrentar os desafios relativos a esse campo. Nesse sentido, é necessário e urgente compreender a magnitude das questões abordadas ao planejar, gerir e avaliar ações. Ao mesmo tempo, é relevante destacar que a formação favoreça o conhecimento e a crítica das Políticas Sociais e da amplitude do espaço público (Scarparo e Guareschi, 2007). Junto a isso, há necessidade de discutir a relação da Psicologia com outras áreas do conhecimento, tendo em vista que essa prática não corresponde à perspectiva de trabalho que, historicamente, caracteriza a profissão. Tal intento intensifica-se na medida da proximidade dos 50 anos de regulamentação do exercício profissional na área<sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto que este estudo é um processo e que, como todo o trabalho, é autobiográfico, ou seja, também abarca os questionamentos, as posições e os dilemas experimentados nos âmbitos acadêmico e profissional. As práticas que venho desenvolvendo, mote de muitos dos questionamentos aqui expressos, vinculam-se a diferentes esferas, como os trabalhos realizados em comunidades em vulnerabilidade social; como discente e, ao mesmo tempo, docente de Instituição de Ensino Superior (IES) privada que se configuram como espaços de aprendizagem. Tais experiências possibilitaram perceber, buscar e construir outras Psicologias possíveis, implicadas com seus contextos de inserção e justificadas por posicionamentos ético-políticos atinentes à construção de espaços de cidadania. Ainda, neste universo profissional, podemos salientar a inserção e a atuação no Terceiro Setor, como psicóloga, em uma Organização Não-Governamental (ONG) e exercício de atividade no serviço público, em especial, na Política Pública de Assistência Social, como psicóloga e coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), além da oportunidade de compor o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), como representante dos profissionais da área. Tal inserção favoreceu a participação no Grupo de Trabalho (GT) - Centro Oeste do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e, finalmente, a integração à gestão recentemente eleita dessa Entidade. Nessas experiências, conjugaram-se o desejo de exercer e representar a categoria profissional, uma possibilidade de operar, cada vez mais, na construção das Políticas Sociais Públicas e da Psicologia, em especial, a Psicologia Social. A circulação por diferentes espaços de atuação profissional e acadêmica tem

---

<sup>2</sup>Lei nº 4.119, 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentam a profissão de psicólogo.

provocado inquietações acerca da Psicologia que produz e na qual somos produzidos. Inspirada pela perspectiva da historicidade e mobilizada pelas provocações oriundas dessas experiências possibilitaram aprofundar e problematizar o conhecimento sobre as demandas em relação ao saber-fazer psicológico na Assistência Social.

Inserida nesse processo, integra-se a proposta de realização do Mestrado. Ela agrega essas perspectivas de vida e as tensiona a partir de reflexões teóricas. Nesse sentido, ressaltam-se as discussões advindas do grupo de pesquisa “Psicologia e Políticas Sociais: memória, história e produção do presente”, que discute as relações entre as práticas sociais que caracterizam a Psicologia e o desafio de integrá-las e construir o tempo presente do pensar e agir na esfera das Políticas Sociais Públicas.

O anseio, neste caso, é que este estudo se constitua numa produção que possa contribuir para a invenção de outras e diversas formas de articulação com a Psicologia que concebo como, invariavelmente, social. Desse modo, cabe ressaltar a importância da pesquisa sobre Políticas Sociais Públicas e Psicologia para reafirmar que o compromisso ético-político do fazer psicológico é fundamental para produzir conhecimentos sobre o tema.

Dessa forma, a presente dissertação, busca compreender os processos de articulação entre a construção das práticas dos profissionais da Psicologia e a Assistência Social. A produção de conhecimento exposta na dissertação buscou integrar as narrativas e os estudos acadêmicos. Para isso, o texto está organizado em duas sessões que podem ser chamadas “pré-artigos”, pois o seu conteúdo está estruturado de forma semelhante às regras gerais exigidas em artigos de revistas científicas.

A seção I relata o estudo intitulado “Análise da produção científica em teses e dissertações sobre as práticas psicológicas na Política de Assistência Social”. O mesmo aborda o conhecimento produzido através de teses e dissertações brasileiras dedicadas ao tema. Neste caso, o enfoque recai sobre a compreensão e a intensificação da articulação da área com a diversidade de possibilidades para o exercício da Psicologia no campo das Políticas Sociais Públicas. Para tanto, foi realizado um estudo inspirado em uma proposta de revisão sistemática.

A sessão II, “A Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia” descreve um breve histórico da Psicologia Social, intercalando-o aos contextos de construção da Assistência Social, a partir da década de 1980, perpassando os anos 1990. Como metodologia utilizada para obter os resultados e apresentar a análise das entrevistas realizadas com os profissionais da Psicologia que efetivam ou efetivaram suas práticas na Assistência Social, na cidade de Porto Alegre, análise proposta por Schutze serviu como balizadora, porque permite

a identificação da construção das trajetórias coletivas (Jovchelovitch e Bauer, 2008) que foram associadas à literatura especializada sobre o tema.

E, por último, são tecidas algumas considerações finais e evidenciadas inquietações que emergiram no decorrer da efetivação desse estudo, referentes ao caminho percorrido durante a realização da pesquisa, além dos sentimentos e dos significados que este trabalho gerou na medida em que proporcionou conhecer outras experiências, concepções e avaliações acerca do tema.

Por fim, convido a fazer parte da rede de produção de pensamentos e estratégias sobre o tema. Nesse momento, recorro às palavras do escritor Fernando Pessoa, que nos inspiram e nos convocam a lutar cada vez mais, por práticas sociais mais justas, democráticas e transformadoras.

*É o tempo da travessia*

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*

Uma ótima travessia!

## REFERÊNCIAS

Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*. Maringá. v.6, n.2, 57-63.

Gergen, K. J. (1985). The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*. Vol. 40. n. 3, março de 1985, pp. 266-275.

Jovchelovitch.S., Bauer. M.W. (2008). Entrevista Narrativa. Em Bauer, M.W.Gaskell,G. Guareschi, ed. Pedrinho A. (trad.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.



Lei nº 4.119, (1962, 27 de agosto). *Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentam a profissão de psicólogo*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 10 abril, 2010, de [http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/lei\\_n\\_4.19.pdf](http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/lei_n_4.19.pdf)

Pereira, P. A.P. (2008). *Política Social: Temas e questões*. São Paulo: Cortez.

Prado, M. (2005) Movimentos de Massa e Movimentos Sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*, (Florianópolis), v. 37.

Sarcaparo, H; Guareschi, N.M.F. (2007). Psicologia Social comunitária e formação profissional. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, n. 19, Edição Especial 1, p. 46-56.

## **ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **RESUMO**

Este estudo buscou compreender as especificidades do conhecimento produzido sobre processos de constituição das práticas do profissional da Psicologia no campo da Assistência Social em teses e dissertações brasileiras publicadas entre 2004 e 2010. Para tanto, foram consultadas as bases de dados do Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – IBICT. Com apoio numa proposta de revisão sistemática, foram eleitos termos que definiram doze textos para a análise quanto à temática, às características gerais, ao método e aos principais achados. Além da escassez de estudos empíricos nessa área, dentre os resultados, destacam-se aspectos das condições de trabalho e a consolidação profissional no campo da Assistência Social; as interlocuções com outras áreas e o descompasso e os desafios entre a formação e a atuação profissional.

**Palavras-Chave:** Psicologia, Política de Assistência Social, inserção do psicólogo, atuação profissional, prática profissional.

## **ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THESES AND DISSERTATIONS ON THE PSYCHOLOGICAL PRACTICES IN THE SOCIAL ASSISTANCE POLITICS**

### **ABSTRACT**

This study sought to understand the specificities of the produced knowledge on constitution processes in the psychological practices in the social assistance field in Brazilian theses and dissertations published between the years 2004 and 2010. For this, the database of CAPES (Brazilian government agency responsible for funding higher education) and IBICT (Brazilian Digital Library of theses and dissertations) were consulted. Using the systematic review method, terms were elected which defined twelve texts for analysis concerning theme, general characteristics, method and principals found. Besides the shortage of empiric studies in this area, among the results, aspects of the working conditions and also the professional

consolidation in the social assistance field were highlighted; interlocution with other areas and the mismatch and challenges between training and professional performance.

**Keywords:** Psychology, Social Assistance Policy, insertion of the psychologist, professional performance, psychological practices.

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

Em 2012, a Psicologia comemora 50 anos da regulamentação da profissão no Brasil. Contabilizamos, então, meio século de tentativas, das mais diversas, de inserção e consolidação profissional. Datas como essa ensejam processos de reflexão acerca dos caminhos escolhidos, das práticas efetivadas e dos efeitos construídos. O presente estudo pretende contribuir com essa discussão e abordar a relação entre as práticas do psicólogo e as políticas sociais, mais especificamente, as relações entre o saber-agir da Psicologia e o campo da Assistência Social. Tal abordagem será efetivada tendo em vista os contextos históricos e os processos de intensificação das inserções da Psicologia no campo da Assistência Social nas últimas décadas.

As práticas vinculadas à Assistência Social no Brasil denotam significativas transformações que se encontram potencializadas por contradições ideológicas e dilemas éticos presentes nos complexos processos sociopolíticos que desenham culturas e registram as histórias de um povo. Nessa dinâmica, são evidentes, por exemplo, as transições nos focos de percepção sobre a área. É notório que, nas últimas décadas, a perspectiva de compreensão da Assistência Social que era pautada comumente pela benemerência, pela filantropia e pelo assistencialismo e tinha a conotação de clientelismo político, passou a ser concebida mais frequentemente a partir do estatuto de Política Pública. Além disso, acham-se evidenciados atos marcados pela crítica às ações focais e pontuais o que amplia as possibilidades de investir em práticas direcionadas à universalização (Pereira, 2008).

Partimos do entendimento que tanto a Psicologia como a Assistência Social são construções históricas, que se complementam e se atravessam constantemente, cabendo aprofundar os processos de constituição da trajetória de psicólogos no que tange aos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos de suas práticas neste campo.

De acordo com a perspectiva construcionista, o processo de compreensão é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação. Sob esta perspectiva, a investigação é atraída às bases históricas e culturais das várias formas de construção do

mundo (Gergen, 2009). Também é relevante discutir a relação da Psicologia com outros saberes, uma vez que a tendência interdisciplinar nem sempre corresponde à perspectiva de trabalho que, historicamente, tem marcado a profissão.

Com o presente estudo, pretendemos contemplar o conhecimento produzido através de teses e dissertações dedicadas ao tema, buscando compreender e intensificar a articulação da área com a diversidade de alternativas para o exercício da Psicologia no campo das Políticas Sociais Públicas. A análise da produção científica sobre a atuação profissional da Psicologia na Política de Assistência Social foi efetuada a partir das Bases de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – IBICT, e será detalhada mais a diante na descrição do percurso metodológico.

Cabe destacar que, atualmente, por intermédio das variadas formas de comunicação científica disponíveis, é possível ampliar e agilizar o acesso ao conhecimento sobre diferentes temas. Como afirma Côrtes (2006), assim evidenciam-se alternativas e desafios para a comunicação científica que necessitam ser estudados e analisados com maior profundidade.

Entendemos que a análise da produção científica é imprescindível, uma vez que propicia a identificação dos temas já estudados, dos que necessitam de exploração, além de uma cuidadosa reflexão sobre outros elementos importantes do estudo, tais como as revisões de conceitos, das teorias e as definições de políticas, científicas e tecnológicas. Além disso, esse tipo de estudo pode indicar as necessidades de pesquisas futuras e tende a apresentar uma visão do que vem sendo produzido em cada contexto, além de refletir tendências gerais da produção de conhecimento em Psicologia.

A análise das teses e das dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) é interessante por proporcionar a caracterização da produção científica das diferentes áreas do conhecimento que, tradicionalmente, são associadas à *literatura cinzenta* (Funaro e Noronha, 2006), cuja identificação e acesso dos documentos estavam disponíveis apenas no formato impresso e, em geral, compunham o acervo de poucas bibliotecas. A publicação eletrônica, assim como a criação de portais de teses e dissertações, nos quais os trabalhos são publicados integralmente viabiliza a acessibilidade aos usuários da internet, bem como potencializa a divulgação e o acesso a tais documentos (Lopes e Romancini, 2006). Além disso, o fato de haver o diálogo entre as produções e a respeito do tema em foco potencializam-se os tensionamentos, a necessidade de reflexão e de crítica e as transformações que as interlocuções das produções científicas necessitam e permitem.

Inicialmente, será apresentada a descrição do percurso metodológico utilizado na pesquisa. Num segundo momento, vamos nos ater às questões referentes à apresentação dos resultados alcançados e à discussão dos dados. E, por último, serão tecidas algumas considerações finais e evidenciadas inquietações que emergiram no decorrer da efetivação desse estudo, referentes aos caminhos percorridos durante a realização da pesquisa, além dos significados que este trabalho gerou na medida em que proporcionou conhecer outras experiências, concepções e avaliações acerca do tema.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

A análise da produção científica em Psicologia, ou seja, dos processos de compreensão do tema, efetiva-se inspirada numa proposta de revisão sistemática. Esta é uma ferramenta importante por direcionar projetos em andamento, reconhecer metodologias comumente utilizadas ou apontar questões de partida para investigações (Sampaio e Mancini, 2007). O presente estudo avalia numericamente e qualitativamente os documentos científicos publicados a respeito da atuação profissional dos psicólogos no campo da Assistência Social.

De acordo com Witter (1999), o estudo do que já foi produzido deveria ser prática diária em todas as ciências, uma vez que tais investigações podem definir metas que direcionem a outros estudos e fortaleçam o desenvolvimento da área. A autora ainda refere que os caminhos para essa avaliação são distintos; dentre as maiores relevâncias, porém, se encontram o tipo de autoria, o tipo de estudo (se teórico ou de pesquisa), o tema investigado, o delineamento do trabalho (no caso das pesquisas), os instrumentos utilizados e outras informações não menos relevantes.

Para realizar o estudo, desenhamos uma minuciosa coleta de informações nas Bases de Dados do Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – IBICT, entre os meses de janeiro a julho de 2011, com o intuito de especificar os materiais de busca, delimitar o objeto de estudo e o campo de investigação para a realidade que se pretende apreender, optamos, no caso presente, por considerar o ano de 2004 como o período de início para tal levantamento e o ano de 2010 para a finalização da busca.

A opção pelo ano de 2004 como marco para as buscas deve-se ao início do processo de elaboração do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a partir das deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social. O PNAS indica os eixos estruturantes para a operacionalização as suas

atividades, como a concepção; territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação e recursos humanos (Cruz e Guareschi, 2009). Esse processo, juntamente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), acelerou e fortaleceu o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em dezembro daquele ano, editou-se a Política Nacional de Assistência Social e, em 2005, o MDS apresentou a proposta para a Norma Operacional Básica (NOB- 2005). A partir de agosto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído formalmente e passou a tensionar a criação de diretrizes e programas com essa nova ideologia (Brasil, 2004).

Optamos por examinar os resumos das teses e dissertações, neste estudo, nos sistemas já mencionados, por serem consideradas as bases de teses e dissertações mais completas. Neste particular, ensejamos realizar a pesquisa sobre os temas centrais deste trabalho: a caracterização das teses e dissertações e as práticas do psicólogo na Política de Assistência Social. Para a localização de teses e dissertações sobre o assunto “Psicologia na Assistência Social e os aspectos vinculados a atuação profissional dos psicólogos na Política de Assistência Social”, realizamos a escolha dos termos que se adequassem à proposta do estudo. A seleção deu-se a partir de leituras prévias e discussões efetivadas no Grupo de Pesquisa Psicologia e Políticas Sociais: memória, história e produção do presente, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS. A busca sistemática do material foi conduzida por termos-chave, possibilitando a obtenção de informações sobre os documentos que se encontram disponíveis nas referidas bases. Os termos de busca utilizados foram: *Psicologia, Assistência Social, Política Social, Política de Assistência Social, atuação do psicólogo, prática psicológica, intervenção psicossocial, inserção, exercício profissional, atuação profissional e prática profissional*. Tais termos foram consultados e articulados da seguinte forma:

*Psicologia, Assistência Social, atuação profissional*

*Psicologia, Assistência Social, prática profissional*

*Atuação do psicólogo, Assistência Social*

*Atuação do psicólogo, Política de Assistência Social*

*Psicologia, Política de Assistência Social, atuação profissional*

*Psicologia, Política de Assistência Social, prática profissional*

*Intervenção psicossocial, Assistência Social*

*Intervenção psicossocial, Política de Assistência Social*

*Prática psicológica, Política de Assistência Social*

*Exercício profissional, Política social, Psicologia*

Esse conjunto de descritores foi escolhido de modo que se complementassem para melhor refinamento na busca. Nesse caso, pudemos dispor de diferentes informações que apoiaram a discussão pretendida. Dentre os critérios de exclusão, figuraram resumos que apareceram mais de uma vez; dessa forma, os pesquisadores realizaram a exclusão de 117 resumos repetidos. Além disso, 276 resumos não se referiam à área de atuação do psicólogo na Política de Assistência Social e não estavam entre os anos de referência ao período proposto para a investigação. Assim sendo, após a leitura atenta dos resumos das teses e das dissertações, obteve-se um total de 12 trabalhos a serem analisados mais profundamente no presente estudo. A seguir, apresentaremos os resultados desse procedimento, tendo em vista as seguintes temáticas: **Características gerais dos estudos consultados com seus subitens**, as **Questões temporais, institucionais e geográficas**; os **Aspectos relativos ao delineamento do projeto de investigação** e os **Principais achados das teses e dissertações** que foram analisados e categorizados da seguinte forma:

- **As condições de trabalho e a consolidação profissional no campo da Assistência Social;**
- **Trabalho em equipe;**
- **Territórios de conforto;**
- **Desafios para a formação / atuação profissional.**

Em face disso, a análise da produção científica em Psicologia resultante do levantamento gerido nos Bancos de teses e dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – IBICT apresenta uma visão do que vem sendo produzido no Brasil, além de refletir tendências gerais da produção de conhecimento em Psicologia no que se refere ao foco de estudos aqui proposto e que, em continuidade, se acham descritos.

### **3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Como ponto de partida para as análises a serem desenvolvidas neste estudo, é importante especificar **as características gerais dos estudos consultados**. No conjunto de documentos aqui tratados foi obtido, na coleta da base de dados do Banco de teses e dissertações da CAPES, ao todo, 229 resumos referentes à área de atuação da Psicologia na Política de Assistência Social, sendo 18 deles relativos às palavras-chave Psicologia,

Assistência Social, atuação profissional, 39 à Psicologia, Assistência Social, prática profissional; 39 à Atuação do psicólogo, Assistência Social; 17 à Atuação do psicólogo, Política de Assistência Social; 10 à Psicologia, Política de Assistência Social, atuação profissional; 14 à Psicologia, Política de Assistência Social, prática profissional; 18 à intervenção psicossocial, Assistência Social; oito à intervenção psicossocial, Política de Assistência Social; 36 à prática psicológica, Política de Assistência Social e 30, ao exercício profissional, Política Social, Psicologia.

Já a base de dados da IBICT forneceu-nos 166 resumos. Destes, 17 referentes às palavras-chave Psicologia, Assistência Social, atuação profissional; 40 à Psicologia, Assistência Social, prática profissional; 14 à Atuação do psicólogo, Assistência Social; nove à Atuação do psicólogo, Política de Assistência Social; 11 à Psicologia, Política de Assistência Social, atuação profissional; 22 à Psicologia, Política de Assistência Social, prática profissional; 15 à intervenção psicossocial, Assistência Social; oito a intervenção psicossocial, Política de Assistência Social; sete a prática psicológica, Política de Assistência Social e 23 ao exercício profissional, Política Social, Psicologia.

Tendo esse primeiro apontamento em vista, passamos a uma análise mais aprofundada. O primeiro item de resultados traz dados sobre as **questões temporais, institucionais e geográficas**, como o tipo de estudo realizado, o ano de defesa das dissertações e das teses, o gênero dos autores, os locais onde se realizaram tais trabalhos e nele são avaliados a natureza das IES, a área dos programas de pós-graduação e o financiamento dos trabalhos. O segundo conjunto de análises refere-se às **aspectos relativos ao delineamento do projeto de investigação**, o objetivo do estudo, os métodos e apoios teóricos elencados e, por fim, o terceiro conjunto, no que tange aos **principais achados das teses e dissertações**.

### **3.1 Questões temporais, institucionais e geográficas da análise das teses e das dissertações**

Na busca pelos estudos desenvolvidos, foram analisadas 12 teses e dissertações<sup>3</sup>, no período de 2004 a 2010. Em relação ao **tipo de estudo realizado e à proporção entre a**

---

<sup>3</sup>Para fins de concisão as teses e dissertações serão abreviadas, quando conveniente, respectivamente como (Senra, 2005, 2009); (Botarelli, 2008); (Fontenele, 2008); (Castro, 2009); (Dias, 2009); (Macedo, 2007); (Nery, 2009); (Seixas, 2009); (Araujo, 2010); (Dalmaso, 2010); (Ribeiro, 2010). A referência à autoria da tese ou dissertação será o modo de nominá-las no decorrer do texto.



**quantidade de dissertações e a de teses**, nove (75%) são dissertações desenvolvidas no Mestrado e apenas três (25%) são teses referentes a estudos de Doutorado.

Observamos que, por ser uma Política Social Pública, oficialmente, recente no País, ou seja, ter adquirido o *status* de Política Pública há apenas poucos anos, não encontramos estudos frequentes sobre o assunto, o que dificulta o conhecimento e o desenvolvimento das ações nesse campo. Podemos afirmar que as discussões sobre Psicologia e Assistência Social tendem a intensificar-se e coincidem a partir da formalização da Política de Assistência Social, em 2004. Assim como podemos inferir que as demandas e as necessidades postas diariamente na prática profissional, também, pode potencializar o interesse em empreender mais discussões sobre o tema.

Sobre o **período de defesa das teses e dissertações**, o ano em que houve maior número de trabalhos acadêmicos voltados para a titulação de mestres e doutores foi 2009, enquanto que, no ano de 2005, apenas um trabalho foi defendido. Nesse ano, o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome (MDS) apresentou a proposta para a Norma Operacional Básica (NOB-2005) e, a partir de agosto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído formalmente, passando a demandar a criação de diretrizes e programas (Brasil, 2004). Além disso, o SUAS passou a articular meios e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais (Brasil, 2010; CFP, 2010). Não haveria exagero em se afirmar que a inserção nas Políticas Sociais Públicas deve-se às transformações sociais e políticas no Brasil, marcadas pelo neoliberalismo e pelo aumento do processo de exclusão social desencadeado por essas mudanças, as quais fizeram com que a Psicologia questionasse se estava formando profissionais voltados para as reais necessidades da sociedade brasileira (CFP, 2009). Ademais, na medida em que se afirmam e norteiam programas e ações, o SUAS, recentemente aprovado como Lei (PLC 189/2010) pode ser considerado uma conquista para as Políticas Públicas (CFP, 2011).

Ainda com relação ao **tipo de Instituição de Ensino Superior (IES) e a origem institucional dos autores**, há indícios de haver predomínio das universidades públicas em relação às IES privadas. Das 12 IES, sete (58%) são provenientes de universidades públicas, as demais são oriundas de IES confessionais, cinco (42%), assim como há preponderância quando se refere à origem institucional dos autores. A maioria dos autores é proveniente da Pontifícia Universidade Católica, dentre elas, (Botarelli, 2008; Nery, 2009; Araujo, 2010), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - São Paulo) como Senra (2005, 2009), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas), em primeiro lugar, seguidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN) (Castro, 2008;

Macedo, 2007; Seixas, 2009, Ribeiro, 2010) e pela Universidade Federal do Ceará (UFCEARÁ) um estudo (Fontenele, 2008). As regiões sul e norte destacam-se pelo reduzido número de publicações, apenas uma no período considerado, sendo a mesma realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) (Dias, 2009) e o outro estudo foi concretizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), (Dalmaso, 2010). Tais dados conduzem-nos a pensar que as discussões nas universidades, tanto públicas quanto privadas, sobre a Psicologia e a Assistência social, ainda são incipientes e que o Estado do Rio Grande do Sul, especialmente, apesar da quantidade e da qualificação das IES, ainda não se apropriou, de fato, dessa discussão, pelo menos no que toca ao âmbito acadêmico. O que faz esse estudo ser um balizador, ou seja, que indique, que sinalize um caminho a ser percorrido.

Ao analisarmos a **origem da produção avaliada - Estado**, percebe-se que das 12 teses e dissertações postas em estudo, existe uma paridade no que diz respeito à origem da produção avaliada. Há cinco (42%) estudos desenvolvidos na região sudeste, ou seja, foram realizados no Estado de São Paulo (Botarelli, 2008; Senra, 2005, 2009; Nery, 2009; Araujo, 2010); outros cinco (42%) estudos vieram de Estados do Nordeste do País (Fontenele, 2008; Macedo, 2007; Castro, 2009; Seixas, 2009; Ribeiro, 2010) e apenas dois derivaram de outras regiões, um (8,33%) dos trabalhos provém da região sul, mais especificamente do Estado do Rio Grande do Sul, (Dias, 2009) e o outro estudo (8,33%) é oriundo da região norte do Brasil, no Pará (Dalmaso, 2010).

Podemos inferir que as temáticas que articulam Psicologia e Assistência Social, no que se refere à região de atuação, podem estar sendo mais discutida e problematizada no sudeste e no nordeste do país, em virtude de especificidades, sejam locais e/ou acadêmicas daquelas regiões. Entre os estudos desenvolvidos na região sudeste, sabemos que, sobretudo, na grande São Paulo, encontram-se as maiores e mais conceituadas Instituições de Ensino Superior (IES) do país, centro de referência para os demais Estados, em consequência, há tradição na produção acadêmica e nos processos de consolidação das profissões. Outro fator relevante, que podemos inferir, é que, nos últimos anos, uma política de incentivo à pesquisa tem se estabelecido nas outras regiões do Brasil, na tentativa de disseminar o desenvolvimento de estudos no nordeste, como considerado na análise, viabilizando mais e mais pesquisas a serem efetivadas nesses Estados. O Nordeste conta com uma participação de 16,4% no total da pós-graduação brasileira, aproximando-se da região Sul, a segunda com maior número de cursos, com 19,8%, (CAPES, 2011).

Devemos ainda levar em consideração outro aspecto em nosso estudo: houve um aumento significativo dos recursos da Assistência Social da União no período de 2002 a 2009.

Tais recursos são concernentes à ampliação da cobertura e do valor dos benefícios dos programas de transferência de renda, em especial, o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família (Caderno SUAS, 2009). Podemos postular que tal expansão proporciona o aumento do número de serviços, ações e programas e, conseqüentemente, de profissionais vinculados à área da Assistência Social. Logo, há mais estudos relativos ao trabalho na área e voltados à atividade profissional, que também, busca o reconhecimento público e a consolidação no mercado de trabalho.

Analizamos ainda o item relacionado ao **gênero dos autores das teses e dissertações**. As mulheres constituem a maioria das autoras, nove (75%), e em relação à orientação das teses e dissertações há uma equivalência, seis (50%) foram orientadas por mulheres e seis (50%) tiveram a orientação feita por um homem. Os dados obtidos confirmaram a tendência de gênero das autoras, vislumbradas em continuidade.

Podemos afirmar que, tradicionalmente, a Psicologia, o Serviço Social e a área de Assistência Social são exercidas por mulheres, que, de acordo com as expectativas sociais para cada gênero, atuam diretamente com o cuidado do outro. Entretanto, essa tendência tende a diminuir, na medida em que pesquisadores - homens interessados em estudar as práticas da Psicologia na Assistência Social - começam a figurar no cenário nacional. O que nos leva a pensar que a maior inserção explícita no espaço público favorece esse processo, assim como mudanças nas atribuições dos profissionais psicólogas e psicólogos. Os dados obtidos confirmaram a tendência da amostra de Cusatis Neto e Andrade (2005), citados por Witter (2005), expressando o predomínio das mulheres, refletindo o que ocorre na própria formação e na área no Brasil: a profissão aparece como predominantemente feminina, acrescentando-se, neste ponto, que tal tendência já se observava na década de setenta por Witter.

É indispensável acrescentar também outro dado que auxilia na caracterização dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) nos quais os trabalhos foram produzidos. Observamos a **fonte de financiamento** existente no processo de produção das teses e das dissertações. Das 12 teses e dissertações analisadas, apenas quatro não citaram fonte de financiamento. As demais foram financiadas por instituições de fomento, designadas a seguir: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – 4 - 33,33%), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – 4 - 33,33%), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (CAPES/PROSUP – 1 - 8,33%).

Em relação a esses dados, podemos verificar que a maioria dos estudos teve o incentivo de agências financiadoras/órgãos de fomento, o que sinaliza o apoio para o

desenvolvimento de estudos na área. Podemos destacar os dados do último Relatório de Gestão da CAPES (2010), que refere o percentual do total de bolsas dos estados de São Paulo, com 34,31%, e Rio de Janeiro, com 15,49%. Juntos, esses estados detêm quase metade das bolsas do programa (49,8%). Já Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba e Bahia demonstram um percentual de aproximadamente 5%.

Outro elemento importante que se inclui no processo de caracterização é os Programas de Pós-Graduação nos quais são produzidos os textos, observando o seu arranjo quanto à **área de produção do conhecimento**. Três estudos (25%) não se encontram na área da Psicologia, um estudo estava na área de Ciências Sociais, na Sociologia e dois estudos, na das Ciências Humanas, no Serviço Social. Deste modo, podemos afirmar que o campo da Assistência Social é permeado por diversas disciplinas, saberes e práticas e, em função dessa peculiaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinariedade são postas como um desafio permanente. Estes desafios colocam-se no momento em que nos disponibilizamos a pensar e a exercitar a prática interdisciplinar e transdisciplinar, pois abandonamos o território de conforto, que nos captura a todo o momento. Nesse sentido, reportamos a Eidelwein (2007) quando considera a necessidade de intervenção de uma série de profissões, contudo, infere dúvidas: até que ponto há disponibilidade para a existência do diálogo entre as diferentes áreas do saber, principalmente se considerarmos a disputa pelo domínio de territórios de ação profissional diante de relações de trabalho precarizadas e compartimentalizadas? Em que medida o diálogo com o objeto e entre as profissões implica uma auto reflexão sobre as próprias disciplinas e o campo das Ciências Sociais e Humanas? Estas e outras questões fazem pensar justamente na atuação propriamente dita da Psicologia na Assistência Social.

### **3.2 Análises dos aspectos relativos ao delineamento do projeto de investigação**

Inicialmente, para abordar as questões referentes às especificidades dos projetos analisados, os objetivos serão avaliados nos estudos das teses e das dissertações coletadas na pesquisa. Quanto aos **objetivos**, a maioria, oito (66,66%) das produções explicita propostas e estudos com foco na prática profissional dos psicólogos. Três (25%), apresentam também considerações sobre a atuação profissional dos assistentes sociais. Em geral, são trabalhos que pretendem discutir a prática/atuação profissional, tendo como cenário a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005). Obviamente, os espaços de inserção são órgãos públicos conforme já mencionado, as Secretarias de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Natal, no Rio Grande do Norte e no município

de Abaetetuba, no Pará e nas políticas sociais no Rio Grande do Norte e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), no município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte (RN). Além disso, está presente, nos demais estudos, a inserção dos psicólogos na Política de Assistência Social, dentre eles, estão trabalhos nas políticas sociais no Rio Grande do Norte, nos CRAS do Estado do Ceará, do Estado de São Paulo, especificamente em São Bernardo do Campo.

Podemos afirmar que a inserção dos psicólogos na área de Assistência Social está fortemente imbricada com as práticas do profissional da Psicologia nas comunidades. Esse campo concretizou-se em meados dos anos de 1960 e sofreu transformações teóricas, epistemológicas e metodológicas importantes que resultaram em práticas caracterizadas pela diversidade (Neves e Bernardes, 2008). De acordo com Freitas (2009), no período, deu-se a inserção do psicólogo em alguns locais, com o objetivo de aproximar a profissão da população em geral, buscando uma deselitização das ações do psicólogo. Com isso, as práticas vão ganhando uma significação política de mobilização e transformação social. Freitas (2009) ainda refere que, desde a criação da Psicologia, como profissão no Brasil, ela tem assumido vários tipos de práticas. Porém, o país, no mesmo período, estava mergulhado na Ditadura Civil Militar, sendo necessário considerar o Golpe, em 1964, como relevante interferência no desenho das práticas da profissão, então, recentemente oficializada. Em virtude dessa situação, de extrema repressão e violência, passou-se a estabelecer reflexões em relação a profissão, sobre sua atuação e seu papel na conscientização e na organização da maioria da população (Lane, 2009; Bernardes, 2008).

As transformações sociais e políticas no Brasil, marcadas pelo neoliberalismo e pelo aumento do processo de exclusão social, fizeram com que a Psicologia questionasse se estava formando profissionais voltados para as reais necessidades da sociedade brasileira (CFP, 2009). Nos anos oitenta, durante o processo de abertura democrática, intensificaram-se as discussões acerca das interfaces e das diferenças existentes entre as abordagens teóricas e metodológicas que apoiaram as práticas desenvolvidas. Houve um aumento no número de práticas psicossociais, destacando-se aquelas relacionadas às comunidades carentes e às instituições totais, dentre outras (Bomfim, 2004; Freitas, 2009). É significativo também o envolvimento dos psicólogos no movimento da saúde, com participação ativa na luta antimanicomial, na Reforma Sanitária, nas Conferências Nacionais de Saúde, que acabaram definindo algumas das condições para a inserção e a consolidação da categoria no campo público do Bem-Estar Social (Yamamoto, 2007; Bedin, 2010). Convém ainda lembrar que tais ações corroboraram para as aproximações entre as discussões que abarcavam os direitos

humanos e as práticas psicossociais, uma vez que, nos direitos humanos, temos como marcos centrais do movimento no Brasil, a Ditadura Civil Militar (1964) e a Constituição Federal de 1988.

A atuação do psicólogo na Assistência Social (Yamamoto e Oliveira, 2010) não é algo novo, porém, são incipientes os registros dessa trajetória. Por outro lado, há alguns registros de práticas interdisciplinares na comunidade, como as experiências postadas por Vasconcelos (2008) nas décadas de 1970 e 1980 e os trabalhos desenvolvidos na década de 1990 no Centro de Atenção da Vila Nossa Senhora de Fátima, em Porto Alegre e em São Lourenço, elucidados por Scarparo (2005), dentre outras. O reconhecimento profissional, nesse contexto, deu-se através da inserção, como técnico essencial, nas equipes do SUAS. Apesar de estar sendo realizado há algum tempo, esse trabalho não é frequente nas publicações, fato que dificulta o estabelecimento de marcos, além da instituição do SUAS para a entrada do profissional de Psicologia nessa área. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2009) reforça tal percepção, referindo que os psicólogos, assistentes sociais e pedagogos constituem os principais profissionais, hoje, atuantes no SUAS.

Em relação ao **método**, predominaram os estudos empíricos e todos tinham caráter qualitativo. Dentre estes, dois (16,66%) empregaram delineamentos que optaram pela análise de documentos oficiais (Fontenele, 2008; Senra, 2009), já cinco (41,66%) estudos utilizaram entrevistas (Araujo, 2010; Botarelli, 2008; Macedo, 2007; Nery, 2009; Ribeiro, 2010) e três (25%) estudos empregaram os questionários (Fontenele, 2008; Nery, 2009; Seixas, 2009). Além disso, dois (16,66%) estudos utilizaram os diários de campo (Macedo, 2007; Senra, 2009), quatro (33,33%) usaram as observações do cotidiano e dos modos de atuar dos psicólogos, o acompanhamento das práticas desenvolvidas, (Araujo, 2010; Botarelli, 2008; Macedo, 2007; Ribeiro, 2010). E por fim, um (8,33%) estudo utilizou os grupos focais, conversações, palestra e posicionamento diante de frases do cotidiano para a pesquisa (Senra, 2005), enquanto outro (8,33%) empregou a intervenção fotográfica (Dias, 2009). Sobre o estudo de (Dalmaso, 2010) não foi possível elencar o método, pois esta informação não era apresentada no resumo. Também foi observada a combinação de instrumentos, como os anteriormente citados, dentre eles, entrevistas, observações e diários de campo.

Sobre o método, podemos ponderar que, em relação aos instrumentos, especialmente, tendemos a ficar tão presos às amarras acadêmicas, que existe, de certa forma, o risco de cristalizar, obstaculizar a vida contida, desenhada nos territórios, visto que a temática Psicologia na Assistência Social é candente, tensionante. Nesse sentido, colocar-se em um lugar diferente do tradicional, do ritual acadêmico, talvez possa proporcionar outros

horizontes possíveis para o desenvolvimento da produção científica em Psicologia. No entanto, a descrição do percurso metodológico é fundamental e imprescindível, uma vez que, por intermédio dele, há a possibilidade de verificar, analisar e multiplicar estudos em prol do desenvolvimento ético, técnico e político da produção científica. Nessa perspectiva, recorremos a Gergen (2009, p.19) que diz:

“por causa da dependência inerente dos sistemas de conhecimento em comunidades de inteligibilidade compartilhada, a atividade científica será sempre em grande medida governada por regras normativas. Entretanto, o construcionismo convida os praticantes a verem estas regras situadas histórica e culturalmente – sujeitas, portanto, à crítica e à transformação”.

Acrescentamos outro aspecto para esta análise, tendo em vista que se trata do **referencial teórico** utilizado nos estudos das teses e das dissertações, cinco (41,66%) estudos apresentavam claramente o seu referencial teórico, dentre eles destacam-se: em um (8,33%), as considerações sobre poder, sujeito, resistência e liberdade na perspectiva foucaultianas (Dias, 2009); um segundo (8,33%), a abordagem histórico-cultural da Subjetividade (Senra, 2005); outro (8,33%), a Psicologia Social Crítica desenvolvida pelo NEXIM<sup>4</sup> (Botarelli, 2008), havendo ainda outro (8,33%) desenvolvido a partir do Referencial Teórico-Metodológico da Psicologia Social Crítica, de base materialista histórica dialética (Araujo, 2010); um deles (8,33%) utilizou a Teoria da Subjetividade de González Reis e da Psicologia da Libertação de Martín-Baró (Senra, 2009). Sobre os demais estudos, podemos avaliar, a partir dos termos utilizados e pelo referencial teórico de apoio, que se fundamentam em estudos que envolvem as políticas públicas (Castro, 2009); a Psicologia e as políticas públicas (Fontenele, 2008); a Psicologia e as políticas sociais (Seixas, 2009; Ribeiro, 2010). Além disso, a Política de Assistência Social (Nery, 2009; Dalmaso, 2010) e a cartografia, neste caso, desenvolvido por Deleuze e Guatari (Macedo, 2007).

Pela análise do referencial teórico utilizado nos estudos, verificamos que a Psicologia, a Psicologia Social e a Psicologia Social Comunitária têm experienciado a diversidade teórica, epistemológica e metodológica de práticas. Tais práticas sendo desenvolvidas em diferentes

---

<sup>4</sup> A Psicologia Social Crítica desenvolvida pelo NEXIM considera que a subjetividade e os afetos são fundamentais na ação política, uma vez que são categorias construídas na dialética individualidade/coletivo, e a afetividade é entendida como mediação fundamental entre o homem e a sociedade, pois é resultado da implicação do homem com o outro e com o contexto que o rodeia (Botarelli, 2008).

contextos e dinâmicas comunitárias mostram um leque heterogêneo e diversificado de atuações. Nesse sentido, recorremos a Freitas (1996; 2001) que aponta para a necessidade de serem identificados, discutidos e analisados os paradigmas que estão presentes nos trabalhos empreendidos em comunidade pelos profissionais de Psicologia. Ainda em relação aos referenciais, podemos inferir que, utilizados nos estudos, estão em concordância com o trabalho do psicólogo na área da Assistência Social preconizado pelas Cartilhas desenvolvidas pelo CREPOP e CFP. Os documentos enfatizam a necessidade de um suporte de autores da Psicologia Institucional, Social, Comunitária e do Desenvolvimento, entre outras (CREPOP e CFP, 2007).

No quadro 1, na sequência, mostra a distribuição segundo tipo de estudo realizado (Mestrado/Doutorado), o local da realização da pesquisa (Estado), o ano de defesa, a área de Conhecimento, a origem institucional dos autores e o financiamento do estudo.

**Quadro 1** – Caracterização das teses e dissertações

<i>Autoria</i>	<i>Tipo (M/D)</i>	<i>Ano de Defesa</i>	<i>Local</i>	<i>Área de Conhecimento</i>	<i>Origem Institucional</i>	<i>Financiamento</i>
1.Senra	M	2005	SP	Psicologia	PUC Campinas	CAPES
2.Botarelli	D	2008	SP	Psicologia	PUC-São Paulo	CNPQ
3.Fontenele	M	2008	CEARÁ	Psicologia	UFCEARÁ	-
4.Castro	M	2009	RN	Sociologia	UFRGN	-
5.Dias	M	2009	RS	Psicologia	UFRGS	-
6.Macedo	M	2007	RN	Psicologia	UFRGN	CNPQ
7.Nery	D	2009	SP	Serviço	PUC-São Paulo	CAPES



Social						
8.Seixas	M	2009	RN	Psicologia	UFRGN	CNPQ
9.Senra	D	2009	SP	Psicologia	PUC Campinas	CAPES/PROSUP
10.Araujo	M	2010	SP	Psicologia	PUC-São Paulo	CAPES/CNPQ
11.Dalmaso	M	2010	PA	Serviço Social	UFPA	-
12. Ribeiro	M	2010	RN	Psicologia	UFRGN	CAPES

*Fonte: Bancos de Teses da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – IBICT*

### 3.3 Principais achados das teses e dissertação

Em relação aos aspectos considerados como **principais achados** nas teses e dissertações analisadas, foram feitas também algumas considerações a respeito dos temas enfocados nas pesquisas na área, aqui, analisadas. Vale registrar que, em um mesmo estudo, mais de um tema ou variável pode aparecer, sendo assim, eles foram divididos em eixos, que serão, em continuidade, descritos.

#### **Consolidação profissional no campo da Assistência Social;**

#### **As condições e meios de trabalho;**

#### **Territórios de conforto;**

#### **Os Desafios para a formação / atuação profissional.**

Sobre a “**consolidação profissional no campo da Assistência Social**”, recorremos a Dalmaso (2010), Castro (2009) e Araujo (2010) que identificam uma negligência e o não cumprimento das normatizações que regulamentam a Política de Assistência Social. Essa negligência, de acordo com os autores, compromete não só a qualidade dos programas e serviços, mas também a consolidação da Política de Assistência Social como política pública de direito social.

Consideramos que esse descaso e o não cumprimento nas normatizações que permeiam a política, em especial a Política de Assistência Social, não são recentes, estão presentes a muito tempo na prática dos profissionais. No entanto, uma das estratégias de resistência para o rompimento dessa questão é o entendimento, por parte dos profissionais da Psicologia, que a Psicologia, as suas práticas e a política são produções históricas e, portanto, territórios não separados, que se complementam e se atravessam a todo o momento.

Castro (2009) afirma que os assistentes sociais destacam-se como principais agentes implementadores da Política de Assistência Social, seguidos por psicólogos e pedagogos. Sobre esse aspecto podemos refletir sobre necessidade de intensificar o valor das práticas que superem a uni e multidisciplinariedade para gerar espaços interdisciplinares e transdisciplinares em detrimento das fronteiras disciplinares que, muitas vezes, obstaculizam a formulação de estratégias que transcendem territórios previamente demarcados.

Sobre as possibilidades de ação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, recorremos, como fundamentação teórica, aos estudos de Ribeiro (2010) e Dalmaso (2010) que reforçam a interdisciplinaridade como sendo um conceito em construção. Consideram que a atuação prática interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social, bem como em outros programas, projetos e serviços desta política, é incentivada. Como também, os autores avaliam que existe a possibilidade de articulação para a ação na busca dos direitos do usuário, apesar disso, constatamos que existem muitos obstáculos e desafios para o exercício desta prática.

Dessa forma, a atuação profissional da Psicologia deve expandir fronteiras e abrir-se aos desafios que se apresentam na construção de suas práticas e saberes, que vão além da perspectiva tradicional de trabalho do psicólogo. Além disso, ressalta-se a constituição de ações e espaços de discussão na direção da transformação social, do compromisso com a população, na constituição de políticas públicas, favorecendo a convivência, a troca de experiências e as potencialidades.

E ainda sobre consolidação profissional, podemos salientar a pesquisa acadêmica como um modo de criação de outros olhares e fazeres. A fotografia, utilizada por Dias (2009), coloca-se nos jogos de poder indicando visibilidades e invisibilidades do cotidiano do trabalho. Desse modo, o uso de métodos de pesquisa, como esta, pode vir a ser considerada como uma ferramenta para criar outros arranjos no Campo da Assistência Social e, assim, potencializando estudos de natureza diversa, com diferentes ângulos de análise, focalizações temáticas e abrangência geográfica diversificada.

Convém ainda lembrar que, quando tratamos de consolidação profissional, estamos partindo do pressuposto de que ela não é entendida como uma noção fechada, com uma delimitação rígida, mas a consideramos como um processo de metamorfose, de mudança, de transformação que implica a possibilidade de construção. Por isso, o processo de consolidação profissional deve ser compreendido como um processo de articulação do igual e do diferente, da unidade e da diversidade, opostos numa relação complementar e dialética; contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da Psicologia, entendida em sua condição de ciência e profissão, corroborando com o pensamento de Gergen (2009).

Já Macedo (2007), Nery, (2009), Seixas (2009), Dalmaso (2010) e Araujo (2010) verificam, nas **“condições e meios de trabalho”**, a precarização dos vínculos e das condições de exercício profissional (questões salariais, falta de estrutura, de capacitação e autonomia para o desenvolvimento das atividades), aos quais os profissionais estão submetidos e os desdobramentos para a efetiva implementação do SUAS deles são decorrentes. Assim como Castro (2009) aponta que uma das formas de garantir uma prestação de serviço continuada à população seria a de profissionais concursados, ou seja, servidores efetivos. Sobre esse aspecto, afirmamos que isso reforça a noção de política pública, conquistada através da luta dos movimentos políticos e sociais e firmada na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna indicou uma nova concepção para a Assistência Social e instituiu-se o início da transformação da caridade, benesse e ajuda para a noção de direitos e cidadania da Assistência Social, assinalando o seu caráter de Política Pública de Proteção Social. No entanto, sabe-se que, para a garantia disso, é necessário o conhecimento sobre a Política de Assistência Social, além da apropriação dos lugares pertinentes a essa luta, ou seja, a participação efetiva no controle social, uma das garantias constitucionais da Constituição Federal.

O controle social prevê a participação da população e da sociedade desde a formulação até a implementação e a avaliação dos programas, das estratégias, dos projetos e dos serviços sócio-assistenciais, incluindo o controle dos recursos financeiros e reconhecendo o caráter deliberativo das decisões advindas dos conselhos, que são mecanismos institucionalizados para a sua efetivação. No entanto, para que tais lugares sejam efetivados são demandadas, cada vez mais, a inserção e a atuação de profissionais comprometidos com a consolidação da Política de Assistência Social, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social. Tais ações implicam o fortalecimento da Política de Assistência Social como direito, além de assegurar as condições técnicas e éticas exigidas para o exercício do trabalho com qualidade. Assim, elas requerem intervenções caracterizadas pela crítica, pela prática autônoma, pela ética, pelo empoderamento e pela

emancipação e que, ademais, seja politicamente comprometida com a população que é assistida por eles. O que implica no abandono dos territórios de conforto, ou seja, um dos eixos emergentes também nos achados.

Em relação ao eixo **“territórios de conforto”**, podemos observar que o campo da Assistência Social é ainda marcado por incoerências e ambiguidades entre os “saberes” e os “fazeres” no cotidiano profissional (Nery, 2009). Seixas (2009) reafirma esse ponto quando assevera que se apresentam práticas conservadoras, ao invés de inovações efetivas, mencionando ainda que tais ações corroboram padrões “clássicos de atuação, propaga-se e difunde-se uma prática apolítica e acrítica”.

Assim, podemos pensar que a atuação, nesse contexto, é posta como algo novo, na qual, o psicólogo foi convocado e desafiado a participar. No entanto, a construção e a inovação exigem rompimentos e, conseqüentemente, questionamo-nos: será que as equipes estão dispostas a romper com as práticas tradicionais, fortalecer a profissão para além do que está posto, participar de outros espaços que provoquem interlocuções, intersecções, tensionamentos, como o do controle social e fomentar ações que visem à intersectorialidade? O território é o espaço de produção da vida, das relações que estão em movimento, assim como permeia o espaço geográfico, histórico, cultural, social e econômico, sendo coletivamente construído e constituído. Então, como obstaculizar, aprisionar a vida que corre justamente nos territórios, que é a “matéria-prima” do trabalho dos psicólogos e assistentes sociais? Para isso, urge problematizar e discutir a própria Psicologia no que se refere aos sentidos que tem produzido na sociedade e as interfaces que a área provoca.

Quanto aos **“desafios para a formação / atuação profissional”** Senra (2005, 2009) identificou a importância dos processos de fortalecimento dos profissionais, entendidos como sujeitos da prática profissional, assim como o faz Botarelli (2008), que refere sobre a necessidade dos profissionais estabelecerem uma “práxis ético-política que esteja voltada para os bons encontros, bem como para a alegria de existir”. Sobre isso, analisamos que, o movimento de valorização, de reconhecimento, de fortalecimento e da compreensão de projetos sociais dos trabalhadores, promove a transformação necessária e desejada pelo coletivo.

Outro fator que entendemos como um desafio para a formação e a atuação do psicólogo diz respeito ao desenvolvimento acadêmico e profissional. Fontenele (2008), Nery (2009) e Seixas (2009) e Araujo (2010) mencionam relevância e necessidade da ampliação e da constituição de novos aportes teórico-metodológicos que favoreçam a autonomia, o empoderamento social, a mobilização e a organização coletiva, como propõe a PNAS. Os

autores citados sublinham a relevância da leitura crítica da realidade social, da matricialidade sócio familiar e do trabalho sócio educativo, com intuito de efetivar transformações políticas que contemplem o cenário atual.

Em relação a esse aspecto, reforçamos os pontos que permeiam a atuação profissional, sejam eles: as ações interdisciplinares com outros profissionais, bem como com outros serviços visando ao trabalho em rede, à intersetorialidade, incluindo ainda ações de educação permanente, levando em consideração as necessidades dos profissionais e as características das demandas locais e regionais.

No entanto, devemos atentar para a academia, pois é urgente que a formação favoreça o conhecimento sobre as Políticas Sociais Públicas e sobre os espaços de atuação. Bem como, a realização e o incentivo a pesquisas sobre a temática nos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Sabemos que, entre os anos de 2001 e 2004, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação da área da saúde e que as mudanças nos currículos dos cursos estão aproximando-se cada vez mais dos movimentos sociais. Da mesma forma, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) (2004), no artigo 10, das DCN, que firma, nacionalmente, que a formação em Psicologia deve articular os conhecimentos em torno das práticas profissionais que permitam a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais. Em decorrência disso, os cursos e os campos de atuação necessitam desenvolver-se cada vez mais, bem como realizar e divulgar estudos e pesquisas sobre o tema, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

É desejo também que, com o tempo, a inserção e a atuação dos psicólogos nas Políticas Sociais Públicas, em especial, da Assistência Social, sejam colocadas gradativamente em prática, assim como sejam criadas disciplinas e discussões na academia que ampliam a questão. Ressaltemos, neste ponto, que ainda a academia é apontada pelos participantes da pesquisa de Fontenele (2008) como carente de referenciais diferentes dos tradicionais, sendo a atuação marcada pelo modelo clínico, embora alguns sinalizem alternativas baseadas no Compromisso Social e na Psicologia Comunitária. Esse item é reforçado por Seixas (2009), quando pontua que a maior parte dos profissionais é graduada em instituição pública e faz especialização na área clínica. Nesse sentido, podemos pensar que uma das estratégias para que a Psicologia se fortaleça, como prática comprometida, ética, política e profissionalmente, seja o que Senra (2005; 2009) ressalta quando aborda sobre a importância da capacitação e da realização de pesquisas que articulem a teoria e a prática em Psicologia Comunitária, além de estudos que enfoquem a atuação do psicólogo no campo da Assistência Social (Senra, 2009). Entretanto, resta saber de qual Psicologia comunitária se

está tratando, problematizar e refletir sobre os referenciais, as finalidades e as intencionalidades torna-se imprescindível em nossa prática profissional, uma vez que a dimensão política das práticas do profissional da Psicologia expressa-se na possibilidade de favorecer a manutenção da exploração ou reconstituir, através de processos de conscientização, a identidade, a subjetividade.

Dentre os resultados apontados no material examinado nas teses e dissertações, foram encontrados dados que assinalam a inserção da Psicologia na Política de Assistência Social como decorrente do reconhecimento dos potenciais daquela como ciência e profissão, no entanto, sem a participação efetiva da categoria profissional de psicólogos na elaboração dessa política, o que resulta em dificuldades na apropriação de tal política pelos psicólogos (Fontenele, 2008). Além disso, Nery (2009) sublinha reflexões sobre o detalhamento das atribuições e a ampliação do leque de competências pactuadas entre psicólogos e assistentes sociais, de forma a compartilhar trabalhos coletivos no campo da Assistência Social, apoiados em projetos ético-políticos construídos pelas categorias profissionais. Portanto, podemos afirmar que esses processos de apropriação interdisciplinar só poderão consolidar-se efetivamente na medida em que se estabelecerem práticas cotidianas, processos dialógicos que geram a construção coletiva de ações voltadas para a cidadania e comprometidas com a realidade social.

## **CONSIDERAÇÕES**

O levantamento dos resumos das teses e dissertações na área de Psicologia e Assistência Social disponíveis nas bases de dados eletrônicas do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – IBICT permitiu conhecer e sistematizar os aspectos referentes à atuação da produção científica da área. Sabemos que esse trabalho é um recorte e, obviamente, não tem o intuito de generalizar, pois consideramos a possibilidade de haver diferentes interpretações na medida da convicção da não existência de apenas uma leitura viável. No entanto, ao conhecer a dinâmica de produção e disseminação de teses e dissertações, é possível encontrar subsídios para análise do desenvolvimento de um determinado contexto. No caso deste artigo, no qual se buscou trabalhos referentes à atuação profissional de psicólogos no Brasil, a pesquisa propiciou identificar aspectos referentes à caracterização das teses e das dissertações, assim como considerações sobre seus principais achados.

Nesse sentido, reforçamos a importância de realizar e incentivar estudos de pós-graduação nesse campo de atuação. A pós-graduação, na medida da sua inserção com pesquisas nesse campo, pode reaver estereótipos construídos no decorrer de uma formação tradicional, anacrônica, voltada para a clínica individual e privada e, a partir daí, buscar a metamorfose, através da educação continuada e permanente como espaços de criação e potência de mudança. É relevante ainda lembrar que são raras as publicações sobre o tema, de tal forma que podemos avaliar que a cultura da academia é pouco afeita ao assunto, no entanto, as especificidades, sejam locais e/ou acadêmicas das regiões, e os incentivos de instituições de fomento estão direcionando os seus estudos na perspectiva de mudança, da transformação e indo ao encontro da realidade social. Nesse contexto, a análise da produção científica em Psicologia possibilita o conhecimento e a orientação da atuação do pesquisador, proporcionando a melhoria da qualidade da vida e o crescimento na área de atuação da ciência em questão. Esta análise revela o desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa, que são essenciais para a formação e a atualização profissional (Witter, 1996, 1999).

Desse modo, torna-se significativo sublinhar o compromisso social, ético e político da academia e da formação de pesquisadores no campo da Psicologia social, no sentido de contribuir com a produção de conhecimentos cientificamente validados. A análise e a posterior divulgação da produção científica facilitam o acesso ao conhecimento, bem como a reflexão sobre as necessidades e as demandas da atualidade e, por conseguinte, através do conhecimento, poder-se-á formular estratégias para enfrentar a problemática em questão.

Em face do que já se expressou, enfatiza-se a ideia de metamorfose, especialmente no sentido de potencializar a reflexão, a discussão e a construção de projetos coletivos, sendo que tais ações devem ser vividas nos territórios e voltadas para a cidadania em detrimento de amarras e limitações disciplinares, históricas, políticas enrijecidas.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (2004). *Linha do Tempo*. Retirado em <http://www.abepsi.org.br/web/linhadotempo.aspx>.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (2010). *Assistência Social*. Brasília, DF.

Bedin, D. (2010) *Integralidade no SUS e Saúde Mental*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Bernardes, J. de S. (2008). História. In: M. S. Neves (org). *Psicologia Social Contemporânea*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bomfim, E. M. (2004). Contribuições para a história da Psicologia Social no Brasil. In: A. M. Jacó- Vilela; D. Mancebo. *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da UERJ.

Brasil. (2005). *Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: DF.

Brasil. (2009). *Caderno SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Financiamento da Assistência Social no Brasil., ano 4, n. 4. Secretaria Nacional de Assistência Social Brasília: DF.

Capes. (2010). *Relatório de Gestão 2009*. Brasília, DF.

Capes. (2011). *Pró-reitores de pós-graduação da região Nordeste e Sul se reúnem na Capes*. Brasília, DF. Acesso: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4535-pro-reitores-de-pos-graduacao-da-regiao-nordeste-e-sul-se-reunem-na-capes>

Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Referências Técnicas para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências*



*para a atuação do psicólogo*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2010). *Atuação dos psicólogos no CRAS/SUAS*. Relatório descritivo preliminar de pesquisa. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, DF: CFP

Conselho Federal de Psicologia. (2011). *CFP apóia aprovação do PL SUAS*. Recuperado em 2 de junho de 2011, da POL (Psicologia online): <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/>.

Conselho Federal de Serviço Social. (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Brasília, DF: CFESS.

Conselho Federal de Serviço Social. (2009). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social*. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais: Brasília.

Conselho Regional de Psicologia/RS. (2010). *Sobre a profissão*. Porto Alegre, RS. Acesso: [http://www.crprs.org.br/sobre\\_profissao.php](http://www.crprs.org.br/sobre_profissao.php).

Côrtes, P. L. (2006). Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In D. A. Poblacion, G. P. Witter, & J. F. M. da Silva (Orgs.), *Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação* (pp. 33-55). São Paulo: Angellara.

Cruz, L. R. da; Guareschi, N. M. de F. (2009) In: L. R. da Cruz.; N. Guareschi (orgs). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Eidelwein, K. (2007). Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 298-313. jul./dez. 2007.

Funaro & Noronha. (2006). Literatura cinzenta: canais de distribuição e incidência nas bases de dados. In D. A. Poblacion, G. P. Witter, & J. F. M. da Silva (Orgs.), *Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação* (pp. 215- 234). São Paulo: Angellara.

Freitas, M. F. Q. (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária os paradigmas de Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.

Freitas, M. F. Q. (2001). Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas aproximações e intersecções com a Psicologia Política. *Revista de Psicologia Política*.

Freitas, M. F. Q. (2009). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: H. de F Campos (org.). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional. Interdisciplinar. INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul.

Lane, S. T. M. (2009). História e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: H. de F. Campos. (org.). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lopes, M. I. V., & Romancini, R. (2006). Teses e dissertações: estudo bibliométrico na área da comunicação. In D. A. Poblacion, G. P. Witter, & J. F. M. da Silva (Orgs.), *Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação* (pp. 235-259). São Paulo: Angellara.

Neves, S. M.; Bernardes, N. M. G. (2008). Psicologia social e comunidade. In: M. S. Neves. (org.). *Psicologia Social Contemporânea*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pereira, P. (2008). *Política Social: Temas e questões*. São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O.H. (2007). Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1): 30-37; jan/abr.

Yamamoto, O. H.; Oliveira, I. F. de. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vol. 26. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.

Sampaio, R.; Mancini, M. (2007) Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev. Brás. Fisioter. São Carlos*, v.11, n.1, 83-89.

Scarparo, H. (2005). *Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul – Registros da Construção de um saber-agir*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Sarcaparo, H; Guareschi, N.M.F. (2007). Psicologia Social comunitária e formação profissional. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, n. 19, Edição Especial 1, p. 46-56.

Vasconcelos, E, M. (2008). Atenção em saúde mental inspirada na cultura e nas lutas populares: indicações a partir da antropologia do nervoso e de duas experiências locais no Brasil. In Vasconcelos, E, M. (Org.), *Abordagens Psicossociais* (PP. 229-286). São Paulo: Aderaldo & Rothschild.

Witter, G. P. (2005). Pós-Graduação em Psicologia na PUC-Campinas: dissertações e teses (1975-2004). *Estudos de Psicologia*, Campinas, 22(4), 365-370 outubro - dezembro.

Witter, G. P. (1996). Avaliação da produção científica sobre leitura na universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 1(1), 31-37.

Witter, G. P. (1999). Metaciência e leitura. In G. P. Witter (Org.), *Leitura: textos e pesquisas* (pp. 13-22). Campinas, SP: Alínea.

## **REFERÊNCIAS DAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS**

Araujo, C, F, I. (2010). *.Mas a gente não sabe que roupa dever usar: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Botarelli, A. (2008). *O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Castro, M, da S, P. (2009). *Implementação da Política de Assistência Social em Mossoró/RN: uma avaliação a partir dos centros de referência da assistencial social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Dalmaso, K. (2010). *A Prática interdisciplinar na Política de Assistência Social: o caso dos CRAS de Abaetetuba/PA*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Dias, D, D. (2009). *Política Pública de Assistência Social, entre o controle e a autonomia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Fontenele, A, F, G, T. (2008). *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: Estudo sobre a Inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Macedo, J, P, S. (2007). *O Psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na Saúde e Assistência Social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Nery, V, B. (2009). *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social: saberes e direitos em questão*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Ribeiro, A, B. (2010). *O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no Creas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Seixas, P, de S.(2009). *Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio grande do Norte*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Senra, C, M, G. (2005). *Sentidos Subjetivos Da Prática Profissional De Psicólogos Comunitários Num Espaço Institucional*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Senra, C, M, G. (2009) *Psicólogos sociais em uma instituição Pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

[Travessias] diz respeito a caminho, trajeto, viagem.

s.f. Ação de atravessar de lado a lado uma região, um rio, um mar: fez a travessia da África. / Náutica Vento contrário à navegação. / Bras. Ação de açambarcar mercadorias. (Dicionário Aurélio, 2010).

Saindo das folhas que discorreram sobre as teses e as dissertações analisadas na sessão anterior, partimos para o texto chamado “Transitar, travessia: a Psicologia na Assistência Social”. Nesse estudo, as narrativas começam a esboçar-se pelo recorte de territórios habitados por pessoas pulsantes, desejantes, temerosas e esperançosas, ou seja, profissionais da Psicologia que efetivaram ou efetivam suas práticas na Assistência Social, na década de 1990, na cidade de Porto Alegre.

Nessa travessia, que não implica só um trajeto, um caminho, mas também a produção de conhecimento e de vida, nós percebemos que os textos e as narrativas analisadas complementam-se e completam-se na permanente e contínua travessia de criação de projetos e práticas sociais. Por isso, é pertinente refletir sobre a Psicologia na Assistência Social e os dispositivos de constituição dos processos de inserção e articulação entre a construção das práticas do profissional da Psicologia e a Assistência Social, descritos nas próximas páginas.

Assim, recorreremos às sábias palavras de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas* (1956), quando refere: “*Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia*”.

## **A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRANSITAR, TRAVESSIA**

### **RESUMO**

Este artigo relata uma pesquisa do tipo exploratória, estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, a respeito dos processos de articulação entre a construção das práticas do psicólogo e a Assistência Social. O estudo deu-se através das narrativas de vida e profissionais de psicólogos que efetivam ou efetivaram saberes e práticas no campo da Assistência Social, a partir da década de 1990, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Como estratégia metodológica utilizou-se a coleta e análise de narrativas tendo como referencial teórico, o construcionismo. Dentre os resultados deste trabalho, destaca-se o descompasso, entre a formação e a prática profissional, a contradição entre a necessidade de promover estratégias para construção cotidiana e coletiva concomitante à compreensão deste processo como obstáculo ao trabalho e, finalmente, a ideia de que a Política Pública de Assistência Social é uma travessia pouco explorada para as demais políticas sociais.

**Palavras-Chave:** narrativas; Psicologia; Assistência Social.

## **PSYCHOLOGY IN SOCIAL ASSISTANCE: TRANSIT, CROSSING**

### **ABSTRACT**

This article reports a research on the processes of articulation between the construction of psychological practices and social assistance. The study was carried out through life narratives and professionals of psychology that work or have worked in the field of Social Assistance since the 1990s in the city of Porto Alegre, in the state of Rio Grande do Sul. The collection and analysis of these narratives was used as methodological strategy, As a methodological strategy, the collection and analysis of narratives was used, have as referencial theoretician, the social constructionist. Among the obtained results, the mismatch between the training and the professional performance can be highlighted and also the contradiction between the need to promote strategies for the everyday and the collective construction together with the understanding of this process as a barrier for the work and, finally, the idea that the public politics of social assistance is a poorly explored crossing to the other social politics.

**Keywords:** narratives, psychology, social assistance.

## INTRODUÇÃO

O texto que segue relata uma pesquisa apoiada nas narrativas dos processos de inserção e de construção das práticas de psicólogas no campo da Assistência Social, a partir dos anos 1990, na cidade de Porto Alegre. Tais processos foram caracterizados pelas participantes do estudo com expressões como “transitar” e “travessia”, o que denota a percepção da necessidade de permanente produção de estratégias nesse território de trabalho.

A intensificação dos processos de inserção da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas brasileiras, nas últimas décadas, torna relevante e urgente efetivar reflexões teóricas e a discussão sobre a diversidade das experiências nesse contexto. De modo particular, no campo da assistência, a inserção avivou-se na medida da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) brasileiro. Tal intensificação é facilmente reconhecida através da criação, em 2006, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) para o SUAS. Ela inclui o psicólogo como integrante das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e dos serviços de acolhimento. Nesse sentido, abordaremos questões relativas às práticas dos profissionais da Psicologia na Assistência Social com o intuito de refletir sobre os modos de inclusão profissional e sobre os processos de instituição das práticas do psicólogo nas Políticas Sociais Públicas. A intenção de conhecer processos de inserção e a construção das práticas do profissional da Psicologia na Assistência Social remete à consideração das construções históricas, caracterizadas pelas dinâmicas dos movimentos políticos que marcam e transformam as relações sociais (Gergen, 2009). Para tanto, o estudo articula experiências narradas com aspectos da historiografia brasileira, das décadas de oitenta e noventa do século XX, período no qual se ampliaram os espaços para inclusão de profissionais da Psicologia nas Políticas de Assistência no Brasil.

Inicialmente, será apresentado um recorte dos aspectos históricos da Psicologia e da Assistência Social a partir da década de 1980, além da inserção e da atuação da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas, em especial, na Política Pública de Assistência Social. Posteriormente, será procedida à descrição do percurso metodológico utilizado na pesquisa. Num segundo momento, vamos nos ater às questões referentes à apresentação dos resultados



alcançados e à discussão dos dados. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais referentes ao caminho percorrido durante a realização desta pesquisa.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS**

Pensar a inserção e o trabalho do psicólogo no campo das Políticas Sociais Públicas, sobretudo, a da Assistência Social, implica refletir sobre o processo de constituição da Assistência Social e da Psicologia Social Crítica brasileira. Ambas, frutos de construções históricas e se caracterizam por determinadas lutas e reivindicações. Reconhecer essa trajetória convoca-nos a entender os processos de transformação da Psicologia como uma prática social, cujos determinantes passam por marcadores históricos da vida sociopolítica brasileira, a partir dos anos de 1980.

### **ANOS 1980**

Nos anos oitenta, o Brasil vivia o processo de abertura democrática. Nesse período, psicólogos procuraram discutir as diferentes abordagens teóricas e metodológicas além de debater a questão do trabalho voluntário. Houve um aumento crescente no número de práticas psicossociais, destacando-se as relacionadas às comunidades carentes e às instituições totais, dentre outras (Freitas, 2009, Bomfim, 2004; Gofman, 2001). Além disso, ressalta-se o envolvimento dos psicólogos no movimento da saúde, com participação na luta antimanicomial, na Reforma Sanitária e nas Conferências Nacionais de Saúde que definiram condições para a inserção da categoria no campo público do bem estar social (Yamamoto, 2007). A pequena, mas significativa, abertura do mercado de trabalho no serviço público de saúde impôs desafios aos psicólogos e às entidades que os representavam (Bock, 1999).

Em meados de 1980, temáticas relacionadas às práticas psicossociais eram alvo do interesse geral e ocupavam espaços significativos em diversos encontros científicos. Nesse período intensificou-se a produção de trabalhos acadêmicos sobre o tema nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) (Bernardes, 2008). No mesmo ano foi instituída a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e, em 1984, Silvia Lane e Wanderley Codo organizaram a obra *Psicologia Social: o homem em movimento*, considerada por muitos como um marco da Psicologia Social brasileira e latino americana. Nessa obra, vê-se claramente o rompimento com a Psicologia Social estadunidense (Bernardes, 2008) decorrente de uma série de controvérsias de

caráter teórico e metodológico que passou a instigar pensadores da área (Bomfim, 2004). De acordo com Bernardes (2008), a chamada “crise da Psicologia Social” começou a tomar corpo, no Brasil e na América Latina, nos Congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia, em Miami-EUA (1976) e em Lima-Peru (1979). Os principais pontos dessa crise referiram-se à dependência teórico-metodológica, à descontextualização dos temas abordados, traduzida na negação das especificidades históricas, sociais, políticas e culturais de cada campo de inserção. O referido autor também mencionou inquietações quanto à simplificação e a superficialidade das análises dos temas caracterizadas pela preponderância das noções e práticas individualizantes em nome da Psicologia Social. Também são considerados motes da crise da Psicologia Social a despreocupação política com as relações sociais estabelecidas na América Latina em relação às teorias importadas (Bernardes, 2008; Scarparo e Guareschi, 2007). Lane (2002) enfatizou ter se tornado necessário refletir criticamente e constituir uma ação comprometida socialmente com o intuito que se tornasse efetiva uma práxis científica a serviço de transformações sociais urgentes.

Ao final dos anos 1980, os processos de consolidação da Constituição Federal favoreciam os debates sobre moradia, transporte, ecologia e uso da terra, por exemplo. Aquelas passaram a ser temáticas prioritárias dos discursos, dos estudos e das investigações e, em consequência disso, intensificou-se a necessidade do estabelecimento de práticas nas comunidades (CFP, 1990).

A promulgação da Nova Constituição de 1988, denominada “Cidadã”, pode ser considerada um exemplo de vários movimentos políticos e sociais em prol das necessidades e das demandas da sociedade, afirmam Cruz & Guareschi (2009). Ainda, as autoras, dizem que a Constituição trouxe uma mudança para a Assistência Social no Brasil, constituindo-se juntamente com a Saúde e a Previdência Social a base da seguridade social, inspirada na noção de Estado de Bem-Estar Social. Este é, pois, o primeiro marco histórico que instituiu o início da transformação da caridade, da benesse e da ajuda para a noção de direitos e cidadania da Assistência Social, apontando para seu caráter de Política Pública de Proteção Social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

A nova legislação, de acordo com Pinheiro (2005), apresentou o detalhamento dos princípios orientadores da Política Pública de Assistência Social: a descentralização, o acompanhamento e o controle do financiamento. O processo de redemocratização possibilitou a inserção de políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática, com a construção da Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte. Essa Articulação reuniu movimentos sociais,

personalidades e partidos políticos com compromissos democráticos que formaram grupos de trabalho para, a partir daí, repensar as políticas. A Assistência Social teve dificuldades em ascender à condição de Política Pública de segurança, na perspectiva de superar suas características assistencialistas e improvisadas, mesmo com a consolidação dessas políticas (Freitas, 2008).

## **INÍCIO DOS ANOS 1990**

Já no início dos anos de 1990, as concepções e os instrumentos da Psicologia passaram a transformar-se em função das necessidades das populações atendidas. A opção por um saber – fazer transformador confirmou-se como um desafio da Psicologia no País, além de sinalizar cada vez mais a aproximação entre direitos humanos e políticas sociais. (CFP, 1990). Esse processo e as iniciativas como divulgações de trabalhos, dentre eles, o trabalho de Bock (1999) e outras publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que destacam a prática profissional, foram demonstrando novas questões para a Psicologia. As experiências críticas e as que buscavam inovar continuavam, no entanto, o que ficava cada vez mais nítido é que a Psicologia, entendida como instituição, precisaria recolocar-se socialmente, necessitaria reposicionar-se (Gonçalves, 2010). Bock (1999) reitera que era preciso “reinventar” uma Psicologia que permitisse contribuir e responder às necessidades daquela população, com a qual não estávamos habituados a trabalhar. Esse fato contribuiu para fortalecer as entidades na formação, na pesquisa, enfim, nos espaços de produção de Psicologia. A transformação em prol da construção de uma Psicologia atenta às necessidades brasileiras ganhou, continuamente, mais visibilidade através da participação das entidades profissionais, da ampliação do espaço da Psicologia entre as profissões da saúde, resultante da entrada dos psicólogos na saúde pública e de sua participação nos debates para a elaboração das políticas pertinentes da área (Bernardes, 2007).

Ainda, na década de 1990, vivenciamos características da década anterior, como uma grave crise social, ética em função das denúncias de corrupção, a estagnação econômica, a inflação descontrolada e o caos nas finanças públicas, decorrentes das dívidas internas e externas (Araujo, 2008). Nesse período, Bock (1999) refere que a Psicologia dedicou-se a sistematizar a diversidade construída, quando os psicólogos refletiram e construíram novas ideias na década de 1980. Os psicólogos que, antes, almejavam uma identidade, deram lugar à preocupação com a imagem da Psicologia e do psicólogo junto à população, na década de 1990.

Já a Assistência Social, na década de 1990, atuava na produção e na reprodução das desigualdades sociais e não vinha cumprindo a sua tarefa histórica de emancipação, ruptura da subalternidade e enfrentamento da pobreza, reduzindo-se a uma prática mais simplista. Em 1989, criou-se o Ministério do Bem Estar Social que fortaleceu o modelo simbolizado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), centralizador, sem alterar o modelo já existente. Assim, nesse contexto, dada à urgência de regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição de 1988, passou a ser discutida a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Souza, 2006). Em 1990, a primeira redação da LOAS foi vetada no Congresso Nacional. Contudo, ao final do ano de 1993, após inúmeras negociações do movimento nacional envolvendo gestores e organizações não governamentais com o Governo federal e com o Congresso permitiram a aprovação da LOAS - Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Iniciava-se, pois, o processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social através de conselhos deliberativos e paritários nas três esferas de governo. (Brasil, 2004).

Em 1997, foi editada a Norma Operacional Básica (NOB) que conceitua o sistema descentralizado e participativo; amplia o âmbito de competência dos governos federal, estaduais e municipais e institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social. Em 1998, a nova edição da NOB diferencia serviços, programas e projetos; amplia as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e cria espaços de negociação e pactuação – Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartite que reúnem representações municipais, estaduais e federais de Assistência Social (Brasil, 2004).

Apesar disso, a introdução de novos conceitos na legislação não fez com que a Assistência Social, por vezes, deixasse de se afiliar, ao assistencialismo e às modalidades emergenciais de atendimento aos seus assistidos. A década de 1990 contribuiu e, muito, para reforçar o caráter assistencialista tradicionalmente conferido à Política de Assistência Social (Ximendes, de Paula e Barros, 2009).

Em 2004, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O PNAS indica os eixos estruturantes para a operacionalização de suas atividades, como a concepção; a territorialidade, o financiamento, o controle social, o monitoramento, a avaliação e os recursos humanos (Cruz & Guareschi, 2009). Esse processo, juntamente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), acelerou e fortaleceu a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em dezembro, editou-se a Política Nacional de Assistência Social e, em 2005, MDS apresentou a proposta para a Norma Operacional Básica (NOB- 2005). A partir de

agosto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído formalmente e passou a tencionar a criação de diretrizes e programas com essa nova ideologia (Brasil, 2004). Por fim, no dia 17 de maio de 2011, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC 189/2010) que transforma o SUAS em Lei (CFP, 2011).

A concepção de Assistência Social imersa na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - tem colocado a Política de Assistência à luz do espaço público, tendo como pontos de pauta a superação de programas focalistas, a oposição à ideia do clientelismo e assistencialismo, a descentralização, sobretudo na esfera municipal, a participação e a democratização da população (Souza, 2006). Assim, com o intuito de cumprir os objetivos e seguindo os princípios e diretrizes da Legislação da Assistência Social (LOAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios, de acordo com as funções que desempenham, bem como o universo de pessoas que participam dos mesmos, além da sua complexidade.

O SUAS propõe sua intervenção a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica - prevenção de situações de risco social - e a Proteção Social Especial - considerando a necessidade de ações de média e alta complexidade (Brasil, 2004).

A Proteção Social Básica (PSB) objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, da ausência de renda, do acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou da fragilização de vínculos afetivos. Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de pessoas, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, como também se destacam os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos (Brasil, 2010).

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e pessoas em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar tais ações, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com os níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou

pela família. O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de Assistência Social e as demais Políticas Públicas (Brasil, 2010).

## **PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS**

A discussão sobre Políticas Sociais Públicas é um tema relativamente novo para o conhecimento e para a prática psicológica. Embora haja o engajamento social e político de alguns profissionais da área praticamente desde o seu reconhecimento como profissão no Brasil, assim como o movimento em busca de um compromisso social com a maioria da sociedade brasileira e seu contexto sociopolítico e econômico já venha tomando corpo há pelo menos vinte anos; a inserção de profissionais como parte das equipes de trabalho em Políticas Públicas só tomou maiores proporções na última década (Fontenele, 2008).

Essa atuação foi acompanhada pela construção, na Psicologia, do compromisso social, com a participação de psicólogos de todo o País. A partir dessa perspectiva, é valorizada a construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Diferentes experiências apontaram alternativas para o fortalecimento dos indivíduos e grupos para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade. Como resultado dessas experiências, houve a ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as Políticas Públicas, além de referências para o exercício da profissão de psicólogo no interior da sociedade (CFP, 2005). Esse fato é vislumbrado nas pesquisas organizadas pelo Conselho Federal de Psicologia, nas quais se observa que há, nos últimos anos, um aumento progressivo do número de profissionais em novos espaços de atuação, sobretudo, na Assistência Social, seja no âmbito público, seja no privado, sem fins lucrativos (CFP, 1994; 2001; 2004).

Verificamos que o papel da Psicologia nas Políticas Públicas deve ser construído tendo em vista os contextos de inserção das práticas efetivadas. Considerando que se pode contribuir para o processo de emancipação social, superação das situações de risco e vulnerabilidade social, as discussões sobre o trabalho do psicólogo no contexto de Assistência Social devem ser contínuas. Nesta perspectiva, de acordo com Conselho Federal de Psicologia (2007), a área tem produzido conhecimentos que embasam a atuação profissional no campo

da Assistência Social e que subsidiam o desenvolvimento de atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários.

Assim sendo, contribuições do CFP (2007), como a cartilha de “Referências Técnicas para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS”, organizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) refere-se ao diálogo entre as áreas de Psicologia e Assistência Social, especificando a atuação no psicólogo no CRAS, assim como, a cartilha “Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social”, desenvolvida em parceria pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (CFP/CFESS, 2007). Ambos os documentos referem à atuação do psicólogo junto a Política Pública de Assistência Social e ressaltam que a mesma deve ser a de um profissional da área social, produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados nas proteções sociais, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e à proteção da Assistência Social. Tais ações que devem ser construídas numa perspectiva interdisciplinar, uma vez que vão constituindo várias funções e ocupações que devem priorizar a qualificação da intervenção social dos trabalhadores da Assistência Social. Documenta-se, ainda, que as atividades do psicólogo devem estar voltadas para a atenção e a prevenção de situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e pelo desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas.

Diante disso, a temática proposta, no presente estudo, mostra-se relevante. Logo, Scarparo e Guareschi (2007) salientam que existe uma discrepância entre a necessidade de trabalho no âmbito das Políticas Sociais e o despreparo dos profissionais para enfrentar os desafios relativos a esse campo. Essa problemática, de acordo com as autoras, implica assumir o compromisso de compreender a magnitude das questões abordadas ao planejar, gerir e avaliar ações. Ademais, a formação deve favorecer o conhecimento e a crítica dos pressupostos das Políticas Sociais e da amplitude do espaço público (Scarparo e Guareschi, 2007).

Desse modo, para reafirmar o compromisso ético-político do fazer psicológico é fundamental produzir conhecimentos sobre o tema. Assim, partimos do pressuposto de que vida, práticas profissionais e narrativas estão atravessadas e marcadas por distintos fatos, situações e vivências, ou seja, estão sendo experienciadas no território, no espaço de produção da vida, das relações que estão em movimento, que atravessam o espaço geográfico, histórico, cultural, político, social e econômico, sendo coletivamente construídas e constituídas.

Nesse cenário, pretendemos apreender, a partir das narrativas, a articulação das práticas do psicólogo na Assistência Social, considerando as trajetórias de vida e profissional daqueles que efetivaram ou efetivam suas práticas na Assistência Social. Portanto, pretendemos contemplar, concomitantemente, o conhecimento e a formalização de registros acerca do tema, reflexões teóricas sobre as práticas vivenciadas e oportunidades de ampliação da capacidade de vinculação entre a área e a diversidade das práticas no campo das Políticas Sociais Públicas, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Frente a essas questões, a escolha de Porto Alegre justifica-se, pois, nas últimas décadas, se tornou uma das grandes metrópoles brasileiras, um modelo de administração pública, em especial, no que se refere à execução de Políticas de Assistência em âmbito municipal, internacionalizou a sua cultura e dinamizou a sua economia a ponto de se tornar uma das cidades mais ricas, do Brasil.

A partir de 1989, o Orçamento Participativo (OP) foi recomendado pelo Banco Mundial como um exemplo bem sucedido de ação comum entre governo e sociedade civil e de prática administrativa para racionalizar o uso dos recursos públicos. A partir do OP, outros fóruns de participação popular foram sendo criados, todos com caráter decisório. Assim sendo, na década de 90, a cidade viu crescer e solidificarem-se os conselhos municipais – entre eles, o dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social –, fóruns temáticos e outras instâncias de participação. Também nessa época, começaram a serem instituídas práticas sistemáticas como as conferências setoriais e o Congresso da Cidade, espaços nos quais a população organizada delibera diretrizes das políticas públicas a serem implantadas pela administração municipal na década de 1990<sup>5</sup>. (Procempa, 2011)

Adotada tal perspectiva, esta pesquisa não teve o anseio de generalização dos dados, mas propor a reflexão e a compreensão de possíveis fatores que estejam elencados no processo de construção das práticas do psicólogo na Assistência Social.

## **2 MÉTODO**

### **A CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa do tipo exploratória, estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, a qual foi entendida como adequada para compreender

---

<sup>5</sup>As informações foram coletadas do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/rededeprotecao/default.php?p\\_secao=12](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/rededeprotecao/default.php?p_secao=12)



a problemática a ser estudada já que, conforme Minayo (2008), a pesquisa qualitativa ocupa-se em verificar os valores, as crenças, as atitudes e a subjetividade, correspondendo ao espaço mais profundo das relações. Caracteriza-se, além disso, como uma pesquisa exploratória, visto que se notou escassez de referências na área. Portanto, o estudo tem o propósito de proporcionar maior familiaridade com o tema, de ampliar o conhecimento, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Gil, 2010).

A escolha dos participantes deu-se por conveniência, em função de que não consideramos a possibilidade de generalização dos resultados, haja vista que o tema não se esgota e existem inúmeras perspectivas sobre a referida temática. Os participantes foram recrutados pela técnica em cadeias, bola-de-neve ou *snowball* (Biernacki & Waldorf, 1981), em que os primeiros entrevistados indicam outros que, por sua vez, apontam outros, e assim sucessivamente. Como já assinalado anteriormente, buscamos compreender e criar ferramentas de discussão acerca da construção do tempo histórico nos entrelaçamentos da Psicologia com a Assistência Social. Nesse particular, a técnica *snowball* torna-se mais indicada.

## **2.1 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DAS INFORMAÇÕES**

Como instrumento para a coleta de informações foi utilizada a Entrevista Narrativa, que se trata de um procedimento qualitativo que utiliza colóquios não estruturados a fim de preservar a fluidez do discurso das pessoas que narram, evitando o direcionamento da fala através de um sistema fechado do tipo pergunta-resposta. É uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas.

A entrevista narrativa emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar a história, para conseguir o objetivo. Além disso, favorece e indica a articulação com outras fontes, como imagens, notícias e produções acadêmicas (Jovchelovitch e Bauer, 2008).

## **2.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DAS INFORMAÇÕES**

As entrevistas foram realizadas individualmente, precedidas de uma breve explicação por parte da pesquisadora e após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B). As entrevistas em questão foram gravadas em áudio e, depois de transcritas, desgravadas. O contato para a coleta das narrativas teve apoio nos resultados da revisão de literatura. Diante disso, a participante foi convidada a compor uma narrativa de sua experiência, contando, selecionando e organizando os conteúdos de acordo com as suas memórias e perspectivas.

### **2.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS**

Para a realização deste estudo, o projeto de pesquisa<sup>6</sup> foi submetido à Comissão Científica da Faculdade de Psicologia e ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (CEP nº 10/05274 - Anexo A). A participação na pesquisa foi oficializada através da leitura e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Anexo B). Para preservar o anonimato e o sigilo de cada sujeito participante foram adotados nomes fictícios em suas identificações.

### **2.4 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES**

A análise do material coletado buscou articular a especificidade de cada experiência narrada com as trajetórias coletivas identificadas. Em função disso, escolhemos a perspectiva de Schutze, sistematizada por Jovchelovitch e Bauer (2008).

A análise deu-se através da transcrição detalhada do material verbal, seguida de divisão do texto em material indexado e não indexado. Posteriormente, fez-se uso de todos os componentes indexados para analisar o ordenamento dos acontecimentos para cada indivíduo; em seguida, as dimensões não-indexadas do texto foram investigadas como “análise do conhecimento”. Em continuidade, foi feito o agrupamento e a comparação entre as trajetórias individuais e, por fim, as trajetórias individuais foram colocadas dentro do contexto em que semelhanças foram estabelecidas. Este processo permitiu a identificação de trajetórias coletivas (Jovchelovitch e Bauer, 2008). Posteriormente, foi efetivada a integração de todas as informações obtidas no decorrer do processo de investigação. Assim, depois que se efetivou a análise, de acordo com a descrição anterior, no próximo item, abordaremos os resultados de forma mais detalhada.

### **2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A elaboração de resultados de uma investigação comumente é percebida como umas das etapas indicativas do fechamento do processo. Curiosamente, a experiência de realização dessa pesquisa tem evidenciado a impossibilidade de considerar findas, completas ou esgotadas a compreensão de caminhos tão diversos percorridos de tantas maneiras tão peculiares. Dentro desse contexto, a proposta de refletir sobre as narrativas das psicólogas

---

<sup>6</sup>As diretrizes para pesquisa com seres humanos para proteção dos direitos dos envolvidos na mesma foram respeitadas conforme os aspectos éticos apontados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 1996).

pode ser considerada mais uma contribuição para uma discussão acerca dos saberes e das práticas protagonizadas por psicólogas, no campo das Políticas Sociais Públicas.

Após a análise dos dados, os resultados obtidos foram agrupados nos seguintes temas: **descompasso entre a formação e a inserção no campo; prática cotidiana: vislumbrar obstáculos ou formular estratégias e Política Pública de Assistência Social: território - travessia pouco explorada.**

As participantes da pesquisa foram identificadas por nomes das espécies mais frequentes de árvores vistas na cidade de Porto Alegre<sup>7</sup>, tais como: plátano; palmeiras-da-califórnia; jacarandá; cinamomo e perna-de-moça. A escolha por árvores ocorreu porque Porto Alegre é considerada uma das capitais mais arborizadas do Brasil. As árvores são ricas em oxigênio e nutrientes que as mantêm vivas e mutáveis, vivas e agentes de transformação para si e para o mundo, semelhantes as narrativas expostas pelas nossas participantes, por isso, a designação de árvores. Em função desses vários aspectos, não consideramos pertinentes numerar as narrativas, motivo pelo qual se fez essa escolha para a diferenciação.

### **2.5.1 DESCOMPASSO, ENTRE A FORMAÇÃO E A INSERÇÃO NO CAMPO**

No tema **descompasso entre a formação e a inserção no campo**, primeiramente, vamos nos ater ao fato de que a inserção na Assistência Social pelas participantes, aconteceu, em sua maioria, por concurso público, ou seja, concursadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ainda, as entrevistadas ressaltam que o concurso não tinha uma destinação específica sobre a área. É curioso observar que nem mesmo a área de atuação foi objeto da escolha das entrevistadas. Em decorrência disso, os profissionais foram alocados em diversas áreas, dentre elas, a área de Assistência Social. Considerando a importância da historicidade, tomamos como ponto inicial afirmar que, em meados de 1994, a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) assumiu a gestão da Assistência Social no Município, passando a chamar-se, posteriormente, Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)<sup>8</sup>. Além disso, podemos acrescentar que a inserção e a atuação da Psicologia na Assistência Social eram postas como um lugar novo, desconhecido, não sendo um campo familiar, ou seja, estava fora dos parâmetros tradicionais da Psicologia, conforme relatam as participantes:

---

<sup>7</sup> As informações foram coletadas do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p\\_secao=171](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=171)

<sup>8</sup> As informações foram coletadas do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/acaoruaversaofinal2006\\_1.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/acaoruaversaofinal2006_1.pdf)

*“[...] Concurso da prefeitura, não era específico para Assistência Social, era um concurso para trabalhar em várias áreas, Saúde, Educação, Assistência Social, enfim [...]” (Perna-de-Moça)*

*“[...] passei no concurso da prefeitura., poderia cair para qualquer secretaria, não era para a FASC e a gente acabou caindo na FASC [...]” (Plátano)*

*“[...] não era algo que eu conhecia assim, não era um campo familiar para mim, e também, mesmo que se tinha de subsídio dentro da faculdade era muito restrito assim às aulas [...]” (Perna-de-Moça)*

Sobre a formação acadêmica dos psicólogos, referida pela participante denominada perna-de-moça, podemos afirmar que, até os anos 1990, a mesma era marcada por ser tecnicista e fragmentada, sendo encaminhada para assegurar o domínio de técnicas de medida e avaliação, bem como atendimentos clínicos. A interface entre fenômenos psicológicos e sociais era desconsiderada (Bastos, 2002). No entanto, os processos de formação já estavam modificando-se nesse período, pois, desde a década de 1960, tínhamos práticas de psicólogos nas comunidades (Freitas, 2009; Neves & Bernardes, 2008; Scarparo, 2005), assim como, a participação de profissionais e estudantes de Psicologia em movimentos, como o da Reforma Psiquiátrica, posteriormente, o da Reforma Sanitária, e a inserção do psicólogo em serviços de saúde e experiências em Psicologia Comunitária. Conforme já expresso anteriormente, tínhamos experiências de trabalhos de psicólogos vinculados às comunidades, assim como, Universidades de Ensino Superior (IES) já abarcavam, em seu currículo, disciplinas que contemplavam, enunciavam as políticas públicas, vinculadas ao exercício profissional no sistema público e/ou atividades em comunidades, conforme os achados de pesquisas, como a de Scarparo (2005) que informa que estudantes e profissionais, especialmente vinculados à área da Psicologia, formularam projetos profissionais, organizaram-se e empreenderam esforços em diferentes âmbitos para que os propósitos de articulação entre trabalho em saúde mental e cidadania tivessem êxito. Como decorrência, eles inseriram-se nos movimentos estudantis, em práticas de formação e intervenções profissionais que contemplassem o desejo de interferir nas políticas de saúde e, prioritariamente, na formulação de estratégias de intervenção psicossocial. Tais ações geraram novos questionamentos e atribuições tanto na atuação quanto na formação dos psicólogos, convocando a pensar sobre a importância de reinventar as suas práticas.

No entanto, podemos afirmar que, nesse período, ainda, na academia, a discussão sobre a área não estava posta como sendo uma das possibilidades de prática psicológica. Parece-nos que não fazia parte da cultura psicológica, ou seja, a confirmação dos psicólogos como profissionais reconhecidos nos espaços, em especial, o das políticas públicas. A fala elencada, na sequência, pela participante, Palmeiras-da-Califórnia, trata desse lugar diferente do psicólogo tradicional e faz menção a indícios de trabalhos vinculados a outras perspectivas de atuação do psicólogo.

*“[...] Então, claro que era um lugar diferente de um psicólogo tradicional, vamos dizer assim, porque trabalhava com os coletivos[.]” (Palmeiras-da-Califórnia)*

Nesse caso, a participante está abordando como tradicional uma perspectiva individual e privada de ser humano como objeto da Psicologia, ou seja, ela vem a reforçar as características do imaginário social sobre a nossa profissão, compreendida como de atendimento clínico, individual, privado, que não coincide com a prática que deve se estabelecer no campo da Assistência Social. Recorremos às palavras de Figueiredo e Santi (2000) que descrevem a profissão de psicólogo:

A profissão de psicólogo esteve inicialmente ligada aos problemas de educação e trabalho. O psicólogo ‘aplicava testes’: para selecionar o ‘funcionário certo’ para o ‘lugar certo’, para classificar o escolar numa turma que lhe fosse adequada, para treinar o operário, para programar a aprendizagem, etc. (Figueiredo e Santi, 2000, p. 85).

Também sobre a formação acadêmica é possível vislumbrar, nas narrativas, os referenciais teóricos que respaldam a prática profissional das participantes. A maioria delas refere que a Psicanálise subsidia o exercício profissional. Nesse sentido, podemos pensar que a instituição da Psicologia no Rio Grande do Sul foi profundamente inspirada pela Psicanálise, tendo sofrido interferência de teóricos argentinos depois da Segunda Guerra Mundial (Martins, 1993). Cabe destacar que esta influência é registrada até o presente momento através dos currículos dos cursos de graduação que, majoritariamente, apresentam conteúdos relativos a essa abordagem. A Psicanálise, além de ser um potente vetor de formulação de explicações para os fenômenos psicológicos em diferentes espaços, faz parte dos processos de construção da Psicologia no Rio Grande do Sul e o seu imbricamento às práticas de assistência pode advir, por exemplo, da necessidade de criar elos entre essa

Psicologia dita tradicional e as práticas desenvolvidas nesse campo desafiador. O referencial psicanalítico é visto através das falas que seguem:

*“[...] Eu estudei cinco anos de Psicanálise, eu comecei pela Psicanálise, pelo Lacan, depois eu fui para o campo de saúde do trabalho e a Psicanálise, acho que nunca deixou de me abandonar [...]”* (Palmeiras-da-Califórnia)

*“[...] minha orientação teórica é psicanálise assim [...]”* (Perna-de-Moça)

No entanto, nas narrativas expostas por outras participantes, vemos a presença de disciplinas e temáticas referentes à prática do profissional nas políticas públicas e a inserção de outros referenciais teóricos. Assim, as teorias escolhidas pelas participantes estão justificadas por valores que norteiam as suas vidas e os seus projetos para a sociedade. Esse processo também aparece nas narrativas denotando a construção de espaços significados pela teoria. Porém, o contato precoce com a Psicanálise nos cursos de formação não foi impeditivo da adoção de práticas sociais, o que sinaliza a ampliação do referencial teórico, a possibilidade de outras e diferentes formas de se saber-fazer Psicologia.

*“[...] olha a minha formação desde o segundo semestre de faculdade é de psicanálise, eu tenho uma simpatia e uma aproximação da Psicologia Social, mas no viés comunitário [...]”* (Cinamomo)

*“[...] como é que se faz uma visita domiciliar, esse trabalho com esses dispositivos, a gente não trabalhava pelo menos a nossa formação, antes a gente não tinha isso, agora eu acho que amplia isso, como tem profissional da psi e diz que tem que ter psicólogos, no SUAS diz que tem que ter [...]”* (Plátano)

As participantes, através de suas narrativas, estão ancorando as suas práticas, em sua maioria, a partir da teoria psicanalítica. Entretanto, em função das necessidades e das demandas que chegam a todo o momento na sua prática profissional, as participantes foram convocadas a realizarem a travessia, ou seja, transcender o que foi posto em sua formação e pensar alternativas, estratégias, para atuar na Assistência Social. Podemos afirmar que somente o que está posto na formação acadêmica não é mais suficiente para esse tipo de trabalho, por isso, a importância de almejar e trabalhar em prol da transformação, da reinvenção das práticas cotidianas, assim como realizar a leitura contemporânea de autores consagrados da Psicologia, da Psicanálise, por exemplo.

Sobre esse aspecto, podemos refletir que, por muitos anos, a Psicanálise foi predominantemente nos currículos de graduação no Estado. Conforme ressalta Sousa (2001), nos últimos anos, aconteceu um *boom* da Psicanálise nas universidades brasileiras, tendo sido inserida de modo explícito ou disfarçado nos currículos dos cursos de Graduação em Psicologia. Contudo, com o passar dos anos, as discussões e as reflexões foram desencadeando a necessidade de mudanças nos modos como a Psicologia atuava junto à população e na formação do psicólogo nas instituições de ensino. A crítica à formação dos profissionais estendeu-se, inclusive, às instituições de Psicanálise, até então, marcadas pelo discurso médico e normativo (Martins, Matos e Maciel, 2009). A concepção tradicional e psicanalítica também é questionada criticamente em contextos históricos e políticos de inserção, em movimentos sociais reivindicatórios importantes dos 1980 e 1990.

Sobre as transformações que aconteceram, ao longo dos anos, na formação acadêmica, as participantes inferem que, atualmente, a formação privilegia muito mais as políticas públicas do que no período em que realizaram a formação, ou seja, em meados da década de 1990.

*“[...] Hoje assim as formações acadêmicas são mais voltadas pras políticas públicas [...]” (Plátano)*

*“[...] na Assistência assim, é de ter uma noção de mundo assim, diferente né, de ter uma noção de intervenção, uma noção da Psicologia diferente [...]” (Palmeiras-da-Califórnia)*

Nesse sentido, não haveria exagero em se afirmar que a inserção da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas deve-se às transformações sociais e políticas no Brasil, marcadas pelo neoliberalismo e pelo aumento do processo de exclusão social desencadeado por essas mudanças, as quais fizeram com que a Psicologia questionasse se estava formando profissionais voltados para as reais necessidades da sociedade brasileira (CFP, 2009).

O processo de discussões e reflexões em torno da produção do conhecimento e da aproximação cada vez maior dos estudantes às demandas e às necessidades da sociedade brasileira ocasionou, em 2003, pela forte influência de diversas entidades, em especial, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a aprovação das Diretrizes Curriculares (DC) para os Cursos de Psicologia. Conforme os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação (2004), a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia promove uma diversificação na formação do psicólogo, visando a prepará-lo para

as futuras demandas advindas do âmbito social. As novas diretrizes devem proporcionar a todos os cursos uma gama de pressupostos e fundamentos epistemológicos e históricos, teórico- metodológicos, de procedimentos, interfaces e práticas, para que, dessa forma, o curso possa propiciar um suporte aos futuros psicólogos para que possam inserir-se em todos os campos de estágio e, posteriormente, atender a grande demanda da população no Sistema Único de Saúde, como também nas demais áreas afins (Brasil, 2004).

Nessa perspectiva de formação acadêmica é importante realçar que o contexto mutante em diálogo com a concomitante transformação e manutenção dos modelos e apoios teóricos leva, por vezes, à percepção das dificuldades presentes como obstáculos e, por outras, à necessidade de formular estratégias, o que aciona a coragem para a criação, vislumbrada nos temas a seguir.

### **2.5.2 PRÁTICA COTIDIANA: VISLUMBRAR OBSTÁCULOS E/OU FORMULAR ESTRATÉGIAS**

Outro tema sugerido a partir das análises foi a **prática cotidiana: vislumbrar obstáculos ou formular estratégias**. Vamos nos deter nas questões que perpassam a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, os pontos que fundaram e circulam a Assistência Social há muito tempo, como o assistencialismo, a religiosidade, entre outros e, por fim, como se configuram, em sua condição de estratégias para a construção coletiva e cotidiana.

Em relação à interdisciplinaridade, podemos inferir que as participantes, em suas narrativas, apontam como sendo uma das estratégias para construção cotidiana e coletiva, conforme as falas a seguir:

*“[...] Quando a gente diz que fica indiferenciado com um assistente social um pouco, o assistente social um pouco indiferenciado com a gente, que é essa dobradinha que a gente trabalha mais junto assim [...], por exemplo, o assistente social também trabalha te escutando, o psicólogo também trabalha gerando benefício [...]”*  
(Plátano)

*“[...] Então eu acho que a gente tem muito a dialogar, aprender, o quanto a antropologia aprende muito com o serviço social também [...]”* (Cinamomo)

*“[...] Acho que isso é bem é bem incipiente, [...] a gente organiza essa parceria, as vezes é mais tranqüila assim, mas nesse sentido eu acho que é muito incipiente*



*ainda mesmo a questão do controle, acho que a gente trabalha muito essa noção de pode escutá-los mas ainda muito, é que na nossa especificidade[.]* (Plátano)

No entanto, as narrativas das profissionais, de certa forma, elencam alguns desafios impostos na atuação interdisciplinar na Política de Assistência Social, como, as diferentes posições em relação a um determinado assunto, a dificuldade, muitas vezes, expressa pelas instituições sobre os profissionais, o seu papel e as suas atribuições, conforme narrativa que segue:

*“[.] Assim, eu acho que o legal de poder contar com uma colega de um campo diferente do teu é justamente a gente poder, trabalhar a intervenção de diferentes posições né, e eu acho que esse é o mais difícil, acho que às vezes a gente embola, e acho que a instituição às vezes também favorece, há são técnicos sociais, às vezes para uma instituição não importa, técnicos social, são dois psicólogos são duas assistentes, parece que não faz diferença, e as equipes ficam lá assim, se digladiando para conceder algumas diferenças [.]”* (Perna-de-Moça)

Sobre o aspecto da atuação interdisciplinar, podemos ponderar que uma das alternativas para a resolução da questão posta anteriormente seja os espaços de atuação, intervenção, onde a prática interdisciplinar possa ser, de fato, colocada em prática. Percebemos que, em muitos programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, é incentivado, pelo quadro funcional, que se tenha profissionais de diferentes áreas, dentre elas, o Serviço Social, a Psicologia, entre outras. Assim como existe a possibilidade de articulação para a ação na busca dos direitos sociais do usuário, porém, observamos que existem muitos obstáculos e desafios para o exercício desta prática. Devemos acrescer a possibilidade de espaços de reflexão e escuta entre os profissionais de cada área e entre as áreas postas em ação, naquele momento, naquela intervenção. Verificamos, pois, a importância da criação de espaços, no ambiente de trabalho ou fora dele, que permitam a discussão e a reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos usuários assistidos pela Política de Assistência Social. De acordo com o CFP (2007), a construção do trabalho interdisciplinar determina a realização constante de reuniões e debates entre os profissionais e a interface entre as políticas da saúde, previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, segurança e habitação, entre outros, na perspectiva de mediar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais, com o intuito de estabelecer as

particularidades da intervenção profissional. Além disso, considera fundamental a definição das competências e das habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho, o que se evidencia nas narrativas das participantes:

*“[...] Então acho que esse é algo que a agente vai construindo ao longo assim, que a gente pode contribuir com as equipes também na discussão de caso, pra poder trazer, bom o que ele espera pra aquele sujeito pra aquela pessoa, como é que a história dela se construiu a partir da vivência dela pra sair de classificações mais, gerais assim [...]”* (Perna-de-Moça)

*“[...] então a gente compõem junto com o assistente social, junto com o pedagogo, junto com o educador físico, oficineiro, educador social, uma equipe que trabalha nessa inclusão, no acesso a cidadania [...]”* (Plátano)

Nesse sentido, torna-se importante que possamos analisar, refletir e discutir tais questões, ensejar sair dos modelos tradicionais de atuação para uma atividade cada vez mais desafiadora, rica e criativa. Assim sendo, trilharmos o caminho em prol da construção de práticas e espaços de discussão com o intuito de transcender, buscar o tão almejado trabalho interdisciplinar, em detrimento da transformação social, do compromisso com a população, na constituição de políticas públicas.

A intersetorialidade, por sua vez, é posta como um dos desafios da articulação pública. As participantes narram que a intersetorialidade é fundamental e necessária para a atuação na Assistência Social. Contudo, em alguns momentos, ela pode tornar-se um obstáculo, em virtude, muitas vezes, dos critérios estabelecidos pelas políticas públicas aos seus assistidos; a falta de conhecimento e entendimento do que cada secretaria, do que cada programa, serviço, ou órgão pode fazer e desempenhar. Além do desencontro que acontece entre as políticas públicas, em especial, ao atendimento destinado ao usuário que, por muitas vezes, é atendido por várias políticas públicas e se desconhece o fato. O registro das falas, na sequência, demonstram esses pontos:

*“[...] até porque a Assistência Social para quem dela necessita, ela vai ser necessária na vida de muitos sujeitos exatamente pela ineficácia das outras políticas públicas. Porque volta e meia quando tu tem que acessar benefícios, de bolsa família, moradia, de trabalho, de crianças vinculadas a exploração, trabalho infantil, do abuso sexual vivido, sofrido por crianças e adolescentes, porque em vários momentos anteriores, e no tempo que o sujeito pediu, pediu um olhar, pediu*

*um apoio, pediu um cuidado, a política pública não foi próxima porque não tava no critério[.]” (Jacarandá)*

*“[.] Porque se via muito assim, e não só das políticas sociais, mas poder pegar de Saneamento, de Urbanização, que tinha muito desencontro das coisas como elas aconteciam e os tempos em que elas aconteciam. E na verdade os sujeitos atendidos eles eram os mesmos[.]” (Palmeiras-da-Califórnia)*

Nessa perspectiva, infelizmente, tem-se como uma tradição brasileira, de acordo com o CFP (2010, p.26), o fato de que a Assistência Social “não caminha junto com a educação, esta não se aproxima da saúde, que fica distante dos esforços da habitação, do trabalho, da cultura, do lazer”, conseqüentemente, não se promove a ação intersetorial. Desse modo, dificulta-se, e muito, a articulação de saberes e experiências com o intuito de planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, com a finalidade de alcançar resultados para as situações complexas vislumbradas cotidianamente na Assistência Social. A fala expressa pela participante, Palmeiras-da-Califórnia, demonstra de que forma dá-se a intersetorialidade:

*“[.] E claro, que sempre tinha os que faziam a linha de frente da Assistência Social, e eu estava nessa articulação. Assistência social com a Educação dá o que mesmo? Assistência Social e a Saúde o que é mesmo? A Habitação, com Assistência Social, com a Saúde como é que é? [.]” (Palmeiras-da-Califórnia)*

Contudo, para a efetivação da Assistência Social como Política Pública é imprescindível a integração e a articulação à seguridade pelas demais políticas sociais. Além disso, podemos pensar que o usuário, que se insere na Política de Assistência Social, provavelmente, é um usuário ou será ou já foi um usuário de outra política pública. Nesse caso, é fundamental a intersetorialidade, também, pela necessidade e pela demanda que surgem através do próprio usuário assistido pelas políticas públicas. Sabemos que, em virtude do sistema capitalista em que vivemos, o cidadão, para estar inserido na sociedade, necessita estar vinculado ao mundo do trabalho, obtendo lucro, pagando os seus impostos. No entanto, a tendência é que cada vez mais pessoas sejam excluídas, colocando-se na situação de pobreza e miserabilidade, significando, dessa maneira, que ainda teremos muitas pessoas procurando os serviços públicos em função das várias necessidades que lhes assolam.

Nessa perspectiva, podemos analisar estratégias para que a ação intersetorial possa ser mais efetivada e que, de fato, atinja o seu objetivo, ou seja, a troca de experiências e

informações no desenvolvimento de ações, a construção de uma rede de interação e cooperação social, entre os diferentes atores sociais envolvidos, em conformidade com a proposta de organização, a complementaridade entre os serviços, colaborando no planejamento, na execução e na avaliação dos resultados alcançados, conforme referido anteriormente. Algumas estratégias já podem ser vislumbradas pela narrativa da participante, Plátano, descrita em continuidade:

*“[...] Nós da Assistência Social assim,, e daí psicólogo ele teve que se, reformular para atender isso sabe, o que significa isso: significa trabalhar em rede, ver outros profissionais, articular com a educação com as escolas, articular com a saúde, articular com as lideranças comunitárias, às vezes[.]”*(Plátano)

Outro item que mereceu destaque, nas narrativas, foram as temáticas sobre o assistencialismo, a benemerência, o “damismo”, a religiosidade, entre outras. Tais pontos são apontados pelas participantes como um obstáculo para o trabalho e para a construção de estratégias cotidianas e coletivas.

*“[...] Ah, outra coisa que a gente aprendeu muito e acho que a Assistência Social passou a enxergar com outro olhar, porque tinha muito essa questão da Assistência Social ter o olhar muito assistencialista ainda!?[.]”* (Palmeiras-da-Califórnia)

*“[...] todas apontaram a questão do cargo político por ser Assistência Social é super visado, todo mundo quer assumir, e o interesse é em geral político, enfim o pior de tudo (risos). Da politicagem entende então a idéia da concessão da Assistência Social como uma política pública é exatamente pra sair da benesse, do primeiro damismo.é isso, eu acho que é isso que foi mais sofrido né, essas trocas de administração, e essa tendência sempre de um clientelismo e de pouca consideração com a avaliação técnica com o acompanhamento da história [.]”* (Cinamomo)

*“[...] Em Porto Alegre, quando Porto Alegre ainda não era ainda a estrutura, era FESC, ainda na herança de uma cultura de primeiro damismo, de cesta básica, de Assistência Social pra pobre, essa era a marca da Assistência Social, vigente num período posterior a constituição, ao SUS, anterior ao SUAS, mas de certa forma ali, pegava aquele momento ali [.]”*(Jacarandá)

*“[...] a Política de Assistência Social traz que é da dimensão religiosa quem merece quem não merece, pra esse merece pra esse não merece o complemento. Da questão*

*mais higienista, a essa casa é muito suja então tem um único jeito de casa. Então isso de alguma maneira não compõe ela vai separando, ela vai colocando entaves a população não se sente reconhecida no trabalho do técnico se ele ta sempre de uma maneira remetido a uma outra, a um outro ideal né [...] (Perna-de-Moça)*

É visto que as práticas vinculadas à Assistência Social no Brasil denotam significativas transformações potencializadas pelas contradições ideológicas e pelos dilemas éticos presentes nos complexos processos sociopolíticos que desenham culturas e registram as histórias de um povo. Nessa dinâmica, são evidentes, por exemplo, as transições nos focos de percepção sobre a área. É notório que, nas últimas décadas, a perspectiva de compreensão da Assistência Social, que era pautada comumente pela benemerência, pela filantropia, pelo assistencialismo e tinha a conotação de clientelismo político, passou a ser concebida mais frequentemente a partir do estatuto de Política Pública.

Assim sendo, pelo fato de conhecermos o passado, é que podemos vislumbrar o futuro e atuar no presente na construção e na consolidação da proteção social e da afirmação dos direitos sociais como direitos de cidadania. Entendemos que ainda temos e muito trabalho pela frente, mas, a partir dos marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, assim como o SUAS, a LOAS, entre outros, o quadro está mudando e a perspectiva de transformação está posta permanentemente. Para isso, é fundamental a participação ativa dos profissionais da Assistência Social, como os psicólogos e os assistentes sociais, nas instâncias de controle social, como os Conselhos de Assistência Social, órgãos deliberativos e paritários nas três esferas de governo. As participantes relatam a importância dos marcos legais e a participação nas instâncias de controle social, apresentadas a seguir:

*“[...] o sistema conselhos tem que crescer, tem que afirmar essa agenda política, para Psicologia afirma essa pauta permanente em todos os lugares que a gente circula, seja dentro da execução direta da política pública, seja indireta, seja no controle social, seja na formação da graduação e na graduação permanente [...]” (Jacarandá)*

*“[...] Acho que o SUAS traz outra marca assim né, que é tentar de alguma maneira estabelecer um ordenamento pro país assim no sentido da Assistência Social assim como política né pra que se rompa efetivamente com a questão do “clientelismo” com a tradição mais religiosa, as vezes eu diria até também, acho que não é só questão, religiosa que está colocada, muitas vezes os problemas sociais são tratados pela força policial então tem vários pontos a serem assim rompidos, acho*

*que o SUAS tenta fazer um ordenamento nisso, mas centrando não tanto sobre a vulnerabilidade, mas sobre o direito, sobre os direitos sociais, acho que isso também acaba sendo uma mudança né [.]”.* (Perna-de-Moça)

*“[.] A política pública tem que está inscrita, aprovada, monitorada e fiscalizada pelas instâncias de controle social, que é outro marco assegurado pela constituição federal na lei 8142, por quê? Porque a política pública ela não é uma política de gestão, é uma política para a sociedade, ela é efetiva a medida que ela garanta direitos humanos[.]”* (Jacarandá)

A partir das narrativas, podemos inferir que uma das alternativas para minimizar e construir estratégias cotidianas e coletivas encontradas pelas participantes é a participação em atividades dos Sistemas Conselhos [Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Conselho Regional de Psicologia (CRP), do Centro de Referência Especializado em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)], do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul (SPRGS) e do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Mental na Assistência Social, instituições que possuem um papel significativo para o exercício profissional das entrevistadas.

A participação nas atividades vinculadas a essas instituições possibilitou às entrevistadas um espaço de escuta e reflexão, um lugar que proporcionasse um suporte teórico, técnico, político e de apoio emocional, muitas vezes. Nesse momento, consideramos que as instituições citadas podem, de alguma forma, não totalmente, minimizar as ansiedades e os anseios postos cotidianamente, visto as vicissitudes do trabalho do psicólogo na Assistência Social, em que a prática é responsável pelo tensionamento dos profissionais para realizarem a “travessia” com outros saberes e práticas e para consigo mesmos, Conforme se observa:

*“[.] Olha o tempo do CREPOP. e foi o CREPOP e o Rio Grande do Sul já vive diferenças importantes, porque a primeira Comissão de Políticas Públicas é nossa [.]”* (Jacarandá)

*“[.] GT é formador no sentido da gente refletir sobre a prática, foi impulsionado pela prática, ele não é externo a prática, não é um grupo [.]”* (Perna-de-Moça)

*“[.] Eu vejo com preocupação, mas vejo com esperança, [.] A Psicologia .Ela tem que ousar, amadurecer politicamente e aí o sistema conselhos tem um desafio que tá da forma possível e de uma forma muito mais estruturada do que já fez,*

*posicionando, se posicionando e provocando posicionamentos [ ] talvez, agora impulsionada por um movimento que o sistema conselhos está sendo muito mais pró ativo envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Social, vide o Seminário on line que teve sobre o SUAS, né, foi importante, que foi feito em vários locais e que acho que é uma ferramenta[.]” (Jacarandá)*

*“[.] o GT é uma rede de apoio né,, a gente estuda, a gente estuda texto, a gente fez eventos assim, apresentou para os colegas da fundação pra discutir temas, chamamos gente de fora, a gente fez todo um movimento que o GT fez assim [.]” (Plátano)*

*“[.] A Psicologia para mim foi assim, eu disse que quando eu me formava eu ia para o Sindicato e fui. Disse que quando saísse do Sindicato ia para a Federação Nacional dos Psicólogos e fui. E depois de tudo isso nós tomamos o Conselho e eu fui! E por alguns anos eu lá fiquei [.]” (Palmeiras-da-Califórnia)*

Através das narrativas, pudemos deduzir que as instituições já referidas são instâncias que têm como função orientar, fiscalizar, zelar pela observância dos princípios éticos, bem como para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos Psicólogos, ou seja, tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Dessa forma, podemos avaliar que todas as instituições exercem, dentre as suas funções, as relações políticas. Nesse sentido, podemos analisar que as entrevistadas participaram e reconhecem o papel da Psicologia e da Política na Psicologia e, de certa forma, percebem que as discussões acerca da relação entre as práticas do psicólogo e a Política podem contribuir em suas atividades profissionais, tendo em vista os contextos históricos e a intensificação da inserção da Psicologia no campo da Assistência Social. Nesse momento recorremos a Gergen (1996) que dirá que se torna urgente introduzir novas formas inovadoras de ação política, ou seja, “a política no modo relacional”. “O trabalho de todos nós, em todas as frentes, deveria ser tanto sutil quanto ininterrupta” (pg.19). Como também, buscamos Coimbra (2007) quando anota que se “entendermos a Psicologia, assim como a Política, como produções históricas, como territórios não separados, que se complementam e se atravessam constantemente, poderemos considerar nossas práticas não como neutra, mas implicadas no e com o mundo” (Coimbra, 2007, p.42).

Ainda podemos observar que a Assistência Social representa um lugar de potência e, como decorrência, um lugar de crise, de tensionamento expresso na intersubjetividade cotidiana, de produção de estranhamentos, de contestação, de resistência. E as práticas do

psicólogo desenvolvidas nesse contexto podem favorecer a manutenção da exploração ou reconstituir, através de processos de conscientização, a subjetividade dos usuários assistidos. Por isso, a necessidade de aproximarmos, deixarmos as amarras de lado e colocarmos-nos em prol da discussão da Psicologia e da Política, com o intuito de problematizarmos e entendermos a relação que se estabelece entre ambas, para oportunizarmos encontros que almejem a transformação, a autonomia, o empoderamento tanto dos profissionais, como dos usuários.

### **2.5.3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERRITÓRIO – TRAVESSIA POUCO EXPLORADO**

Por fim, temos o tema que se refere à **Política Pública de Assistência Social: território - travessia pouco explorada**. Durante as narrativas, as participantes, em diversos momentos, trouxeram à tona o termo “travessia”, referindo-se à Política de Assistência Social, como sendo uma “política de travessia”. Em face disso, primeiramente, vamos nos ater ao entendimento sobre de que forma a “travessia” está posta na Política Pública de Assistência Social e o que isso quer dizer? Em um primeiro momento, se pensarmos no significado da palavra travessia, logo, vem à ideia de passagem, de algo que atravessa de um lado para o outro. No entanto, de acordo com Sposati (2007), travessia é mais do que passagem, conforme descrita a seguir: a Assistência Social, integrante da seguridade social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, “deve prover as seguranças de acolhida, convívio, provisão de condições de autonomia, de equidade e de travessia, além da defesa dos direitos sócio-assistenciais e do monitoramento e vigilância social” (p. 17). Nessa perspectiva, a segurança de travessia teria o intuito de enfatizar, com a autonomia, um conjunto de capacitações básicas para que o cidadão possa ter potencializadas as suas capacidades, o seu *empowerment* para confrontar-se com as exigências que lhe são feitas na vida em sociedade. Trata-se da ampliação da resiliência do cidadão para fazer frente aos conflitos da vida. São múltiplos atributos, desde o conhecimento de leis, o crédito popular, as garantias habitacionais, o acesso aos direitos das minorias que se põem como objeto de serviços, programas e projetos de Assistência Social (Sposati, 2007).

De acordo com a narrativa expressa pela participante, percebemos que ainda não se consegue capacitar o cidadão com o objetivo de empoderá-lo para que possa enfrentar as situações adversas que, por ventura, aconteçam em sua vida.



*“[...] Toda essa articulação necessária que a gente tem hoje que na política pública e mais ainda na política social, por ser uma política de travessia, seria uma política de porta de entrada pra outras políticas né, era pra ser assim. A gente não consegue fazer muito isso assim, não a porta de entrada pra outras a gente consegue [...]”*  
(Plátano)

E por que isso acontece? Por que a Assistência Social ainda não conseguiu alcançar tais pressupostos? Podemos presumir que, de acordo com a fala da participante descrita em continuidade, a Assistência Social e a Psicologia estão em constante estruturação e movimentação:

*“[...] a gente tá sempre em constante estruturação e movimentação, então é um território muito móvel assim, pouco fixo com muitas mudanças, com poucos arranjos estáveis, acho que isso tem muito a ver com o que a gente trabalha, mas acho que é um efeito do trabalho assim, dos espaços de trabalho[.]”* (Perna-de-Moça)

Tal perspectiva nos faz pensar que, pelo fato de ser um “território muito móvel”, estamos falando sobre produção de vida, uma vez que trabalhamos com os processos de articulação entre a construção das práticas do profissional da Psicologia e a Assistência Social e, em consequência, estamos analisando vida. E a vida que é produzida no território, no espaço de produção da vida, das relações que estão em movimento, assim como adentra o espaço geográfico, histórico, cultural, social e econômico, sendo histórica e coletivamente construído e constituído é o objeto da Política de Assistência Social, em todas as suas peculiaridades. A partir dessa ótica, podemos atuar no entendimento, no fortalecimento, na qualificação e na construção de alternativas que se configuram, conjuntamente, na possibilidade de se fazer a travessia, a qual, ao longo do texto, foi exposta pelas narrativas, como a possibilidade de adentrar por outras searas teóricas, assim como desconstruir as que estão postas, à medida que surgem as demandas e as necessidades, as ações que permeiam a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a participação nas instâncias de controle social e representativas da categoria, o entendimento e a apropriação dos marcos legais. Enfim, algumas das questões que, juntas, podem contribuir para a travessia. Tais opções, também, são vislumbradas nas falas das participantes:

*“[...] então, também vai tendo uma mudança porque eu acho que a LOAS trabalhava mais em cima da questão de fazer um recorte da população, da perspectiva da travessia, e da situação de vulnerabilidade [...]”.* (Perna-de-Moça)

*“[...] E lidar com o contemporâneo é pensar um sujeito atravessado pelas experiências do seu tempo, da sua história e cada sujeito é atravessado por um conjunto de experiências que nós estamos em diferentes lugares, vivendo diferentes oportunidades, agora não é porque elas são diferentes que elas são menos importantes [...]”.* (Jacarandá)

*“[...] Não pode perder que isso aqui tem uma política pública por trás que a gente é agente dela, que a gente tem que tencionar pra que seja uma política de qualidade, por que se não, não vai mudar a estrutura, e a gente também tem que fazer miudinho na escuta pro grupo, individual, projeto de vida do fulano, pro adolescente [...]”* (Plátano)

Além das estratégias elencadas pelas participantes, outro fator pode influenciar diretamente a Política de Assistência Social perante as demais políticas públicas, assim como perante a sociedade e, do mesmo modo, a inserção e o trabalho do psicólogo na política de travessia. A questão foi apontada por uma das participantes, quando mencionou que a Política de Assistência Social foi construída a partir do processo do SUS e que a Política de Assistência Social não teve o mesmo envolvimento e comprometimento que os movimentos sociais, os usuários, os profissionais e os gestores tiveram na construção da Política Pública de Saúde. Podemos observar:

*“[...] Política de Assistência amadureceu a ponto de crescer do ponto de vista social, dos movimentos sociais, não tanto quanto a de saúde, acho que são trajetórias diferentes, mas concretamente, acho que o SUAS é mais uma conquista a partir dos aprendizados do SUS, e foi se instituindo mais por dentro das estruturas, talvez menos um pouco pelos movimentos sociais, mas sem desconsiderar a existência deles, mas mais pelas estruturas, a própria estrutura começou a entender a necessidade de ter a Assistência como política pública. Estrutura, o MDS, os Ministérios, a ação intersetorial, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, porque é uma, é uma política que ta atravessada por diferentes lugares. Por isso que eu acho que também a forma que ela se constituiu passa um pouco mais por dentro das estruturas públicas, mas não vamos desconsiderar os movimentos sociais, só que em intensidades diferentes[.]”.* (Jacarandá)

Diante desta fala, podemos considerar que, por ser constituída “mais por dentro das estruturas”, a Política de Assistência Social ainda não tenha adquirido, dentre as outras políticas e pelos demais profissionais que a compõem, de fato, o *status* de Política Pública, apesar de todo o histórico que temos conhecimento. Sobre esse fato, recorremos a Porto (2010) quando refere que a entrada da Psicologia no contexto da Política Pública da Assistência Social não partiu de uma profunda e sistemática reflexão crítica, de caráter ético, político, conceitual, metodológico e profissional. Para o estudioso, a inserção da Psicologia deu-se por questões mais circunstanciais, como o fato de ser uma categoria com amplo espectro de atuação, com possibilidade de contribuir com os diferentes níveis de complexidade da proteção social. Além disso, ressalta o autor, seria um saber com muitas interfaces e campos compartilhados com o Serviço Social. E tal aspecto é visto na medida em que o profissional de Psicologia está presente tanto nas equipes de proteção social básica, quanto nos serviços de proteção social especial. De forma mais específica, o Psicólogo pode contribuir enormemente com o desenvolvimento da própria equipe, bem como incrementar a atuação dos demais colegas, ou mesmo ampliar a compreensão dos fenômenos sociopsicológicos implicados na promoção da proteção social.

Nesse sentido, podemos analisar que para a Política de Assistência Social ser considerada, de fato, uma política de travessia, esforços devem ser reunidos, como o trabalho em conjunto, a parceria estabelecida, o apoio com a rede socioassistencial e, principalmente, com o compromisso e o engajamento das famílias, sendo possível que se consiga, cada vez mais, o resgate da cidadania em busca da conquista da autonomia, almejada pela segurança de travessia.

Enfatizamos, aqui, a importância pela busca incessante de novos conhecimentos e interlocuções que promovam o sujeito de forma integral, indo além do assistencialismo, da benemerência, do clientelismo conduzindo-o para o *status* de sujeito de direitos, tendo em vista que, através dessa articulação, da interseção de saberes e fazeres neste contexto, serão possíveis estratégias e políticas públicas comprometidas com uma melhoria da qualidade de vida. Não se olvidando da constante caminhada em prol de uma Psicologia comprometida com a transformação social, mais justa e democrática.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES**

A experiência de realização dessa pesquisa evidenciou a impossibilidade de considerar finda, completa ou esgotada a compreensão de caminhos tão diversos percorridos de tantas

maneiras tão peculiares. A compreensão sobre como se deram os processos de articulação entre a construção das práticas do psicólogo e a Assistência Social, a partir do registro das narrativas das profissionais que efetivaram ou efetivam suas trajetórias de trabalho na Assistência Social, foi um processo, uma travessia, que perpassou reconhecer os meios de constituição da Assistência Social e da Psicologia Social Crítica brasileira, a partir dos anos de 1980, adentrando os anos 1990, além das interfaces cotidianas, expressas pelas experiências de vida.

Além disso, foi possível observarmos, durante as narrativas, questões referentes ao descompasso entre a formação e a inserção no campo. Além disso, dos fatores que atravessam uma escolha pelos apoios teóricos e a possibilidade de agregar e pensar alternativas, estratégias para a prática profissional no que diz respeito às questões teórico-metodológicas, visto às vicissitudes das práticas do psicólogo na Assistência Social.

Ademais, vislumbramos os obstáculos e/ou formulação de estratégias frente à prática cotidiana, como a interdisciplinaridade, a intersetorialidade e a as questões que permeiam o assistencialismo, a caridade, a benesse, entre outras. Sobre isso, recorreremos a Yamamoto (1996) que corrobora nosso pensamento quando destaca que tais aspectos podem ser enfrentados por meio de mobilizações dos segmentos organizados da sociedade, na defesa dos direitos, do serviço público e com os psicólogos enfrentando o desafio de criar condições de atuar com situações complexas, inseridos nas políticas de cunho neoliberal, muitas vezes, ausentes na formação acadêmica. Cabe ainda ressaltar, cada vez mais, a interlocução com outros saberes e práticas, como a árvore que, debaixo da terra, cria um emaranhado de caminhos, que se comunicam a todo instante, a todo o momento e, juntos, conseguem agraciar-nos e serem agraciados com os nutrientes necessários para a vida!

No entanto, consideramos que seria interessante a existência de um maior número de investigações nesse campo, possibilitando, cada vez mais, subsídios teórico-metodológico, como uma ferramenta, uma estratégia para a prática profissional na Assistência Social. Almejamos, ademais, que a utilização desses conhecimentos possa subsidiar a prática, além de sensibilizar os acadêmicos, os profissionais e os gestores para perceberem as possibilidades de estratégias de intervenção que possam, de fato, contribuir para a transformação dos sujeitos assistidos pela Assistência Social.

Desse modo, sugerimos que a prática psicológica na Assistência Social deva ter como aporte a construção e a desconstrução, o inventar e o reinventar das ações, as transformações diárias. Numa perspectiva construcionista social é importante a desconstrução, a democratização e a reconstrução de novas realidades e práticas para a transformação cultural

(Gergen, 1994). Porém, como é possível alterar a situação posta até pouco tempo atrás? Não existe uma resposta pronta, todavia, podemos pensar em estratégias que possam nortear a nossa prática, como o fortalecimento e a qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão. Acrescemos ainda o desenvolvimento de práticas que explorem a vivência interdisciplinar e transdisciplinar, que implica um processo de reflexão e ação, muitas vezes, difícil, mas necessário no trabalho com políticas públicas. E, por fim, uma prática pautada nos princípios éticos que regulamentam a profissão, além de uma Psicologia e uma Política de Assistência Social comprometida com a travessia, com a transformação política e técnica, e inserida na realidade histórica e social brasileira.

## REFERÊNCIAS

Araújo. M.A.P. (2005). Conhecendo a Psicologia no Maranhão. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ano 5, n.1.

Brasil, Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. (1996). *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasília: Conselho Nacional de Saúde.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF.

Brasil, Ministério da Educação (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Brasília, DF.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (2010). *Assistência Social*. Brasília, DF.

Bastos, A. V. B. (2002). Perfis de formação e ênfases curriculares: O que são e por que surgiram? *Revista do Departamento de Psicologia-UFF*, 14 (1), 31-57.

Bernardes, L. H.G. (2007). *Subjetividade: um objeto para a psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bernardes, J.S. (2008). História. In Strey, M.N. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. (p.19-35). Petrópolis, RJ: Vozes.

Biernarcki P & Waldorf D. (1981). Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research*. 10:141-163.

Bock, A.M.B. (1999). *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: Educ/Cortez.

Bomfim, E.M. (2004). Contribuições para a história da Psicologia Social no Brasil. In Jacó-Vilela, A.M., Mancebo, D. *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos* (123-144). Rio de Janeiro, RJ: Ed. da UERJ.

Coimbra, C. (2007). Direitos Humanos e Práticas Psi. In: Conselho Regional de Psicologia (CRP), 2007. *Direitos Humanos Pra Quem?*. III Seminário de Psicologia e Direitos Humanos. Recife: EDUPE.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (1990). Prática psicológica: repetição ou mudança. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, n.2.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (1994). *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a profissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2001). *Pesquisa feita junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia - Relatório Final*. Relatório on-line. Recuperado em 05 Julho, 2010, de [http://www.pol.org.br/arquivos\\_.pdf/relatório\\_who.doc](http://www.pol.org.br/arquivos_.pdf/relatório_who.doc)

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2004). *Pesquisa de opinião com os psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia - Relatório Final*. Relatório on-line. Recuperado em 12 Julho, 2010, de [http://www.pol.org.br/publicações/pdf/Pesquisa\\_IBOPE.pdf](http://www.pol.org.br/publicações/pdf/Pesquisa_IBOPE.pdf).

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005). *Banco Social de Serviços. Relatório Final*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). *Referência Técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. (48p). Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social* / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS.

Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2010). Intersetorialidade. O desafio da articulação Pública. *Revista Diálogos*. Ano 7 • Nº 7 • Julho.

Conselho Federal de Psicologia. (2011). *CFP apóia aprovação do PL SUAS*. Recuperado em 2 de junho de 2011, da POL (Psicologia on line): <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/>: 2011.

Cruz, L. R. Da; Guareschi, N. M. De F. (2009). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Figueiredo, L. C; Santi, P. L. R. de. (2000). *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência*. 2. ed. São Paulo: EDUCS.

Fontenele, A, G, T. (2008). *Psicologia e o Sistema Único da Assistência Social - SUAS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Freitas, M. F. Q. (2009). *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil*. In Campos, R. H. de F. (org.) *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia* (p.54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.

Freitas, C. D. R. (2008). *“Ele Dorme e se Acorda Comigo”*: Representações Sociais do Programa Bolsa Família. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships: soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.

Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Goffman, E. (2001). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.

Gonçalves, M.G. (2010). *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez.

Jovchelovitch.S., Bauer. M.W. (2008). Entrevista Narrativa. In Bauer, M.W.Gaskell,G. Guareschi, ed. Pedrinho A. (trad.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lane, S.(2002). Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In Campos, R. Guareschi, P. (orgs.). *Paradigmas em Psicologia Comunitária - a perspectiva latino-americana* (58-69). Petrópolis. RJ: Vozes.

Martins, C. (1993). "Um rei condecora um sábio". In: Martins, C. (1993). *Caminhos - ensaios psicanalíticos*. (p.111-120). Porto Alegre, Movimento.

Martins, K. P. H; Matos, T. G. R. e Maciel, R. H. M. de O.(2009). Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2009, vol.9, n.3.

Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.



Minayo, M. C. S. (Org.) (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Neves, S. M.; Bernardes, N. M. G. (2008). Psicologia social e comunidade. In: M. S. Neves. (org). *Psicologia Social Contemporânea*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pinheiro, L.I.(2005). Fundo Nacional da Assistência Social: da teoria à prática social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 4, v. IV. Retirado em 06/05/2010 de [ttp://:www.pucrs.br/textos](http://www.pucrs.br/textos).

Porto, F. (2007). Mesa-redonda Políticas públicas, Estado e Sociedade: formas de participação social. In: *IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Conselho Federal de Psicologia. Maceió, AL. CFP/ULAPSI: 2007.

Souza, M.D. (2006). A consolidação da Política de Assistência Social em Londrina-PR. *Serviço Social em Revista*, 8.v.2. Retirado em 07/05/2010 de [http://:www.ssrevista.uel.br](http://www.ssrevista.uel.br).

Souza, O. (2001). Psicanálise e Universidade: Ensino. *Psicol. USP* [online]. vol.12, n.2, p. 177-188. Retirado em 01/10/2011 de <http://www.scielo.br>

Scarparo, H. (2005). *Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul – Registros da Construção de um saber-agir*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Scarparo, H; Guareschi, N.M.F. (2007). Psicologia Social comunitária e formação profissional. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, n. 19, Edição Especial 1, p. 46-56.

Sposati. A. (2007). Assistência Social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC* n. 10 – jul./dez.

Ximenes, V. M., Paula, L. R. C. de, Barros, J. P. P. (2009). Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29 (4).

Yamamoto, O.H. (1996). Neoliberalismo e políticas sociais: o impacto na psicologia brasileira. *Psicologia Revista*. Revista da Faculdade de Psicologia da PUC/SP, São Paulo, n.2, maio.

Yamamoto, O.H. (2007). Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1): 30-37; jan/abr.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".*

*Eduardo Galeano*

Ao fim dessa travessia, busquei fazer algumas reflexões acerca da experiência proporcionada pela realização desta dissertação. Neste momento considero importante compartilhar o que este trabalho significou para a pesquisadora e no que ele contribuiu para pensarmos as interfaces da Psicologia na Assistência Social.

Primeiramente, menciono o que a pesquisa significou para a pesquisadora, uma vez que, por dois anos, debruçamo-nos em leituras de textos, em discussões, em torno dessa temática em virtude de tantos desafios, intempéries sejam provocadas ou não, feitos em nome de um objetivo, ou melhor, de um sonho, de uma aspiração que atravessa e convoca a buscar a qualificação e o aprofundamento teórico como forma de construção de outros e diferentes entendimentos e possibilidades de se saber-fazer Psicologia. Neste momento, satisfação por vê-la finalizada, mas nunca completa, em função da “vida vem em ondas, como um mar, num indo e vindo infinito”, já referia, nos versos, a música de Lulu Santos.

Registrar as narrativas das profissionais que efetivaram ou efetivam as suas trajetórias de trabalho na Assistência Social e analisar o processo de inserção e atuação da Psicologia na Política de Assistência Social, por meio das dissertações e teses, foi um processo, uma travessia tanto para a pesquisadora, quanto para a psicóloga. Por meio da travessia realizada entre os artigos, foi possível ver a interseção, a articulação e o complemento das informações,

como também admitir o amadurecimento da pesquisadora e da profissional em Psicologia e a reafirmação do comprometimento ético, político e social em produzir conhecimentos.

Em relação à Assistência Social, percebemos que houve avanço nas últimas décadas, no Brasil. A Assistência Social, que era caracterizada pela benemerência, a filantropia e o assistencialismo e tinha a conotação de clientelismo político, passou a ser percebida como estatuto de Política Pública. No entanto, há ainda vários desafios para as áreas no que se refere às relações interdisciplinares e isso se mostra evidente nessa pesquisa na qual enfocamos Psicologia e Assistência Social. Muitos dos desafios foram elencados ao longo da presente dissertação como as interlocuções com outras áreas, no caso, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, as condições de trabalho, os movimentos que buscam retomar antigas formas de saber-agir na Assistência Social, o descompasso entre a formação e a atuação profissional e a consolidação profissional no campo da Assistência Social, na perspectiva de metamorfose, descrito na seção 1.

Nesse processo, encontra-se a Psicologia e sabemos que a inserção da Psicologia nas políticas públicas é recente, portanto, as discussões sobre essa interlocução, ainda, são incipientes. Por isso, ao articularmos as duas fases dessa pesquisa traduzidas na revisão de teses e dissertações e na análise de narrativas possibilitou a viabilidade e a visibilidade de temas tão importantes para a prática profissional, haja vista que, a cada dia, estão sendo abertos novos postos de trabalho para o psicólogo na área da Assistência Social. Por essa razão, a importância de se ter estudos que possam refletir, problematizar e aprofundar os conhecimentos na área em questão. Desse modo, sendo plausível o intuito de contribuir para a produção do conhecimento em prol do desenvolvimento da Psicologia, entendida como ciência e profissão.

A integração dos estudos, que se fez a partir da análise das dissertações e das teses, assim como os depoimentos das trajetórias de psicólogas no campo da Assistência Social, propiciou a produção de conhecimentos em torno da temática. No entanto, a relação de ambos ultrapassou a barreira que por, muitas vezes, ouvimos na academia e fora dela, como a pouca ou quase inexistência de contato ou aproximação da Psicologia com as realidades sociais. Contudo, este estudo viabilizou o encontro e a flexibilização dos limites extramuros, dos textos acadêmicos com as narrativas de vida. Isso pode ser visto na semelhança dos resultados de ambos os artigos desenvolvidos na presente dissertação.

Outro ponto relevante refere-se ao fato de que este estudo é biográfico, desenvolvendo-se em um território que produz a vida, vida descrita tanto nas teses e nas dissertações, quanto nas narrativas; além das várias vidas que envolveram a pesquisa, no caso,

a pesquisadora, a orientadora e as pessoas que participam direta ou indiretamente desse processo de vida. E à medida que lia e relia os textos e ouvia as narrativas, acontecia o espetáculo da vida, ou seja, a travessia como um devir, contínuo e permanente, porque a vida, assim como, a pesquisa, funciona numa perspectiva colaborativa, pois quem narra e pesquisa é aquele que reflete sobre a trajetória e abre possibilidades de pensar sobre o seu próprio caminho e ressignifica, cada vez mais, a sua formação pessoal e profissional.

Logo, esta pesquisa não teve o anseio de generalização dos dados, porém, propor a reflexão e a compreensão sobre como se deu a articulação das práticas do profissional psicólogo na Assistência Social. Portanto, a pesquisa em foco pode ser vista como o registro de uma ação política em prol do desenvolvimento de estudos, além da inserção e da atuação da Psicologia comprometida com as realidades sociais do país. Nesse sentido, o presente estudo demonstra o exercício de cidadania e o compromisso dos profissionais da Psicologia, assim como, da academia em produzir conhecimentos, mas deixa espaço para que novos trabalhos aconteçam em torno da temática Psicologia e Políticas Sociais. Como refere Tomas Ibáñez (1994) é da responsabilidade dos psicólogos optar pelo conhecimento que pretendemos produzir, ou seja, um conhecimento com conseqüências autoritárias, alienadoras e normalizadoras, que passe a fazer parte dos múltiplos dispositivos de dominação ou um conhecimento do tipo libertador, emancipador, que focalize a luta das pessoas contra a dominação.

Por fim, ressalto a importância de se estudar cada vez mais as questões que permeiam a Psicologia e a Assistência Social, tornando-se imprescindível adentrar cada vez mais a seara em relação a outros modos de fazer e agir em Psicologia que leve a outros lugares, no caminho da utopia, que serve para caminhar, como nos ensinou Eduardo Galeano. Assim entendida, que a utopia sirva como agente para o enfrentamento, para a transformação, rumo à autonomia, ao empoderamento, tão almejado nas políticas sociais. Em busca da utopia, sempre!

## REFERÊNCIA

IBÁÑEZ, T. (1994). Constructing a representation or representing a construction? Theory and Psychology, n.4, p.363-81.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Ofício de Aprovação do Comitê de Ética

*dar baixa*



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-350/11

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2011.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 10/05274 intitulado **"A psicologia na assistência social: as práticas psicológicas como um cenário histórico, político e social"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider  
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.  
Profa. Helena Beatriz Scarpato  
FAPSI  
Nesta Universidade

**PUCRS**

**Campus Central**  
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000  
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345  
E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)

**ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

Prezado (a) Participante:

Sou pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais e Psicologia: Memórias, História e Produção do Presente, que faz parte do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Estou realizando uma pesquisa sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo intitulada “A Psicologia na Assistência Social: As Práticas Psicológicas como um Cenário Histórico, Político e Social, cujo objetivo é compreender os processos de articulação entre a construção das práticas do psicólogo e a Assistência Social em Porto Alegre, a partir da década de 1990.

Sua participação envolve conceder uma entrevista, acerca de suas experiências sobre o tema, que será gravada se assim você permitir, com duração de, aproximadamente uma hora e trinta minutos.

A participação nesse estudo é isenta de despesas, bem como não haverá ganhos diretos advindos desta pesquisa, mas você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Sua participação é voluntária e, portanto, se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Você terá acesso aos resultados desta pesquisa através da Dissertação de Mestrado e ao entrar em contato para esclarecimentos e tirar dúvidas. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras, através do telefone (55) 3320.3500 – Ramal 7700 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 3320 3345.

Atenciosamente

---

Mestranda: Roberta Fin Motta

Local e data

Matrícula: 101908267

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Matrícula: 032464

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Nome e assinatura do (a) participante

---

Local e data



## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Modelo de Transcrição Detalhada da Entrevista

[.] Eu fiz um curso na prefeitura em 98, eu já tava formada há alguns anos. Eu tinha já trabalhado no serviço público, mas não na assistência né, eu trabalhei nos PIMPS, secretaria de saúde e prefeituras do interior assim, das prefeituras: e em cada uma com contrato emergencial, de psicólogo, mas assim mais vinculado a saúde, um olhar assim psico, da políticas publicas mas cidades assim, municípios que não tinham. Por exemplo assistente social, era primeiro damismo, dentro dessa coisa da política de assistência não ser uma coisa garantida muito, de doação de benefícios, de certo clientelismo, não ainda assim estabilizado como a política publica e mesmo assim não era vinculado a assistência social era vinculado a saúde. Eu sempre gostei de trabalhar no serviço publico, e comecei a fazer concurso e passei no concurso da prefeitura em 98 me chamaram em 2000 e ai chamaram uma leva assim de psicólogos e assistentes sociais, e a princípio era pra prefeitura, poderia cair pra qualquer secretaria, não era para a FASC e a gente acabo caindo na FASC daí abriu varias vagas na FASC ai acabo vindo pra cá várias colegas. E ai o que fazer na assistência social, que é a nossa formação é, uns dizem assim, primeiro a inserção é muito recente, assim não faz muito tempo que a assistência social é um política pública, desde 1993, tem 18 anos, quando a Lei Orgânica da assistência foi aprovada, né.

E ai então se estabeleceu que a assistência social era uma política pública, que nem saúde que nem educação, que nem política de geração de gente, trabalho enfim, de segurança. Então tu vê que é uma política assim como política pública ela é muito nova né, ela não é uma política sedimentada assim. E então de lá pra cá todos os trabalhadores sociais o pessoal de serviço social que é mais uma área da primazia do serviço social, assistente social, trabalhando e trabalhando e conferências de assistências e tal até que em 2004 então vem o SUAS o Sistema Único de Assistência Social numa conferência nacional então da um pouco a sedimentação da política nacional né. Então nas diretrizes da conferência dizia que tinha que ter uma política nacional que valeria para todos os estados, para toda a nação , pra todo o Brasil. E a partir disso então se estabelece norma para essa nova base que se chama de RH.[.]

## APENDICE B - Modelo de Divisão do Texto em Material Indexado e Não Indexado

[.] meu trabalho, na verdade ele começou pela área do trabalho de saúde do trabalhador e o envolvimento muito com política, com a questão mais política mesmo, de movimento sindical de movimentos sociais, de empresas públicas, enfim sempre com esse olhar de saúde no trabalho. **(Indexado)**

**(Não indexado)** A medicalização que também não é fruto de um acompanhamento técnico seja do médico. da, da, da clínica médica, seja da equipe interdisciplinar, aonde o psicólogo compõe e também não acompanha os adolescentes e que ali a medicação tem um único propósito, de cumprir a função de contenção química, e essa é a realidade, essa é a realidade em que muitos profissionais assinam embaixo [.]

### APENDICE C - Modelo de Construção das Trajetórias Individuais

FRASE ORIGINAL
<p>Então eu fiz concurso, eu trabalhava, trabalha em escola e surgiu o concurso da prefeitura pra, não era específico pra assistência social, era um concurso pra, pra trabalhar em várias áreas, saúde, educação, assistente social, enfim. E quando eu entrei então quando fui chamada nomeada, a vaga q tinha disponível era dentro da assistência social dentro do campo de assistência social,</p>
<p>a gente tinha aulas de psicologia social e comunitária</p>
<p>eu me formei na unisinos, eu me formei em 97. Eu entrei em 2000 na prefeitura então faz 11 anos, bom o que que acontece assim, eu fui pra um centro de assistência social, que era na lomba do pinheiro e partenon</p>
<p>quando eu entrei a maior parte dos psicólogos tava sendo remanejada pra saúde, por que a gente tem um dispositivo que é de transposição né que tu pode optar por trabalhar em outra secretaria, e tu te coloca numa fila e quando entra alguém do concurso quem ta na fila pode,</p>
<p>E ai bom entrei eu depois entro mais um grupo de doze, treze psicólogos, depois de mim, eu entrei em 2000, na metade de 2000 entro mais um grupo grande, então esse período eu fiquei na lomba</p>
<p>e ai nisso me chamaram pra coordenação porque a gente tinha na FASC tu tem os centros regionais então que agora são os CRAS e CRES, antes tu tinha os centros regionais e os módulos que eram descentralizações crês trabalhavam com criança adolescente e família e idoso, agora isso, tu trabalha com a mesma população famílias e indivíduos só que numa organização de CRAS e CRES, antes essa organização era diferente, eu até posso te dar assim por</p>
<p>bom ai eu fui pra coordenação, ai chamaram pra coordenação, por que a colega da coordenação também ia sair, e achavam que bom, do grupo de psicólogos, que eu era a que tava a mais tempo e as outras eram novas então tinha também essa, essa chamada assim pra vir, no começo achei que não por que gostava mais do atendimento, mas daí insistiram e ‘pará pará’ daí eu fui,</p>

### APENDICE D - Modelo de Comparação das Entrevistas

<b>Palmeiras-da-Califórnia</b>	<b>Jacarandá</b>	<b>Cinamomo</b>	<b>Plátano</b>	<b>Perna-de-Moça</b>
<p>O meu trabalho, na verdade ele começou pela área do trabalho de saúde do trabalhador e o envolvimento muito com política, com a questão mais política mesmo, de movimento sindical de movimentos sociais, de empresas públicas, enfim sempre com esse olhar de saúde no trabalho.</p>	<p>Da convenção Internacional dos Direitos Humanos vias de reflexão pelo Crepop, pelo Centro de Referência Técnica .</p>	<p>O chamamento veio assim em janeiro, que janeiro era minhas férias, aí tive que suspende férias foi uma correria, 9 de fevereiro de 95 eu entrei na prefeitura, antes eu fiz, tinha uma série de 3 ou 4 reuniões assim onde apresentavam a prefeitura de um modo geral assim e apresentavam a FASC na época a FESC (Fundação de Educação Social e Comunitária).</p>	<p>Eu fiz um concurso na prefeitura em 98, eu já tava formada há alguns anos. Eu tinha já trabalhado no serviço público, mas não na assistência né, eu trabalhei nos PIMs, secretaria de saúde e prefeituras do interior assim, das prefeituras:, e em cada uma com contrato emergencial, de psicólogo, mas assim mais vinculado a saúde, um olhar assim psico, das políticas publicas, mas cidades assim, municípios que não tinham.</p>	<p>Então eu fiz concurso, eu trabalhava, trabalha em escola e surgiu o concurso da prefeitura pra, não era específico pra assistência social, era um concurso pra, pra trabalhar em varias áreas, saúde, educação, assistente social, enfim.</p>
<p>porque trabalhava com os coletivos de trabalhadores e sempre buscando essa questão de saúde no trabalho. Então esse foi um recorte um tempo na minha vida. Com os movimentos sindicais eu também trabalhei com enfoque de saúde no trabalho dos sujeitos que faziam o sindicato acontecer, então eu era também do sindicato dos psicólogos,</p>	<p>marco dos 500 anos</p>	<p>tavam, muitas tavam saindo que tinha terminado o contrato, e poucas ali eram pessoas que tinham passado no concurso e permaneceram no local</p>	<p>e passei no concurso da prefeitura em 98 me chamaram em 2000 a princípio era pra prefeitura, poderia cair pra qualquer secretaria, não era para a FASC e a gente acabo caindo na FASC daí abriu varias vagas na FASC ai acabo vindo pra cá várias colegas.</p>	<p>eu me formei na unisinos, eu me formei em 97. Eu entrei em 2000 na prefeitura</p>
<p>e muito trabalhando com planejamento estratégico, organização no local de trabalho e a questão de discurso e prática,</p>	<p>trilhou especialmente, a partir da constituição de 88, que eu acho pra mim é um marco,</p>	<p>fiquei uns três anos neste local, e depois eu fui pra um centro de comunidade, - o que era um centro de comunidade? - é o que o hoje seria uma mistura de CRAS com CRES, isso lá naquela época,</p>	<p>eu fiz em 87 me formei em 92 e entrei na prefeitura em 2000, oito anos depois,</p>	<p>quando eu entrei a maior parte dos psicólogos tava sendo remanejada pra saúde, por que a gente tem um dispositivo que é de transposição né que tu pode optar por trabalhar em outra secretaria, e tu te coloca numa fila e quando entra alguém do concurso quem ta na fila pode,</p>